

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DIRECÇÃO-GERAL DE INOVAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Ensino Recorrente de Nível Secundário

**PROGRAMA
DE
GEOGRAFIA C**

12.º Ano

Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas

Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas

Autores:

Maria Manuela Brazão

Odete Sousa Martins (Coordenadora)

Adaptado a partir do programa elaborado por:

Maria Luísa Alves

Maria Manuela Brazão

Odete Sousa Martins (Coordenadora)

Homologação

31/10/2006

Índice

PARTE I

Introdução	2
1. Critérios de reajustamento ao Ensino Recorrente	3
2. Natureza da disciplina e sua integração no currículo	5

PARTE II

Apresentação do Programa	8
1. Finalidades.....	9
2. Objectivos Gerais/Competências	10
3. Visão Geral dos Temas/Subtemas por Módulo - 12.º ano.....	12
4. Sugestões Metodológicas Gerais.....	13
5. Recursos.....	21
6. Avaliação	22

PARTE III

Desenvolvimento do Programa por Módulos.....	24
Gestão dos Temas/Subtemas/Conteúdos – 12.º Ano	25

1.º Módulo

Gestão dos Temas/Subtemas/Conteúdos	
Matriz: Competências/Módulos – 12.º Ano	
Especificação dos Temas/Subtemas/Conteúdos	
Sugestões Metodológicas/Recursos	
Sugestões de Avaliação	

2.ºMódulo

Gestão dos Temas/Subtemas/Conteúdos	
Matriz: Competências/Módulos – 12.º Ano	
Especificação dos Temas/Subtemas/Conteúdos	
Sugestões Metodológicas/Recursos	
Sugestões de Avaliação	

3.º Módulo

Gestão dos Temas/Subtemas/Conteúdos	
Matriz: Competências/Módulos – 12.º Ano	
Especificação dos Temas/Subtemas/Conteúdos	
Sugestões Metodológicas/Recursos	
Sugestões de Avaliação	

Estudo de Caso.....

PARTE IV

Bibliografia.....	66
-------------------	----

PARTE I

Introdução

1. CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO AO ENSINO RECORRENTE

A Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio de 2004, ao instituir o ensino recorrente de nível secundário no sentido de dar uma resposta adequada de formação para aqueles que dela não usufruíram em idade própria ou não a completaram, determinou a adequação dos programas à especificidade deste regime de ensino.

Assim, a equipa de trabalho sentiu necessidade de, em acordo com os princípios orientadores do diploma acima referido, proceder à enumeração de critérios orientadores dessa adequação.

Os critérios que a seguir se discriminam visam, conforme os princípios orientadores do artigo 2.º do diploma em causa, a valorização dos conteúdos e das competências essenciais e estruturantes.

- Não desvirtuar a coerência interna do programa mesmo quando se procedeu à alteração sequencial dos diferentes subtemas.
- Manter, sempre que possível, os títulos originais dos diferentes temas e subtemas a fim de não introduzir factores de perturbação na aferição das aprendizagens a nível nacional.
- Adequar alguns dos conteúdos dos temas e dos subtemas às novas realidades nacionais e internacionais.
- Valorizar as vivências dos alunos, cujo nível etário pressupõe um domínio do espaço diferente do de um jovem adolescente.
- Reagrupar temas/subtemas em função das relações entre os conteúdos a fim de equilibrar a extensão dos diferentes módulos.
- Optar por uma numeração sequencial dos temas dos diferentes módulos para evitar eventuais confusões.
- Adaptar a duração dos módulos à extensão dos diferentes períodos escolares.
- Adequar a extensão dos módulos ao disposto no artigo 20.º da Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio, alterada pela Portaria n.º 781/2006, de 9 de Agosto, relativamente aos momentos de avaliação sumativa interna na modalidade de frequência não presencial.
- Permitir a capitalização sequencial de módulos, obrigatória na modalidade de frequência não presencial (art. 20.º da Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio, alterada pela Portaria n.º 781/2006, de 9 de Agosto).
- Apresentar, **apenas**, o número de unidades lectivas para cada um dos módulos a fim de permitir uma melhor adequação da abordagem dos conteúdos às características dos alunos, adultos com percursos muito diferenciados de vida.
- Conceber os módulos tendo como referência uma duração do ano lectivo de 33 semanas e uma duração, por módulo, de 9 ou de 12 semanas o que, no caso da disciplina de **Geografia C**, corresponde a 27 ou a 36 unidades lectivas.

- Clarificar a avaliação, fazendo referência, em cada módulo, aos instrumentos de avaliação susceptíveis de serem utilizados na modalidade de frequência presencial.
- Facilitar a planificação das actividades na modalidade de frequência presencial, introduzindo, em cada módulo, uma matriz de competências por módulo e por ano.
- Identificar na matriz de competências aquelas que perdem relevância no ensino recorrente, dadas as dificuldades de avaliação inerentes a esta modalidade de ensino.
- Numerar as competências com o objectivo de facilitar a respectiva identificação mas, sem que isso signifique qualquer hierarquização das mesmas.

2. NATUREZA DA DISCIPLINA E SUA INTEGRAÇÃO NO CURRÍCULO

Todo o processo educativo se desenvolve, actualmente, numa sociedade complexa que sofre modificações a ritmos cada vez mais acelerados. O mundo caminha depressa no início do século XXI. O cenário internacional está, cada vez mais, presente no quotidiano dos cidadãos, originando a modificação de situações que pareciam imutáveis num passado recente. Viver numa sociedade global, em constante mutação, exige que o processo educativo se desenvolva tendo como objectivo último a promoção da educação para a cidadania.

Uma sociedade que valoriza a democracia e maximiza a liberdade individual depende da capacidade que a sua população tem de tomar decisões adequadas aos problemas que a sociedade enfrenta. Cada vez se torna mais difícil, para cada pessoa, saber situar-se, reconhecer o que, em cada momento, é importante, de forma a estar preparada para valorizar a diversidade, aceitar a mudança e gerir de forma autónoma e criativa, com respeito pelos outros, a sua própria realidade.

Vivem-se hoje transformações que acentuam a mutabilidade, a imprevisibilidade e a mobilidade, parâmetros definidores da nossa existência social. Uma parte significativa dessas transformações tem relação directa com uma situação económica marcada por fortes turbulências que exercem uma notável influência na nossa vida individual e colectiva. A complexidade global que enfrentamos revela-se nas contradições que emergem no cruzamento de duas tendências que afloram, hoje, com grande vigor: (1) à homogeneidade que tende a uniformizar as formas de viver, opõe-se a heterogeneidade na valorização do diferente; (2) o novo contexto global integra a variedade local, afirmando a identidade dos lugares. Dimensão global e dimensão local não são conceitos antagónicos, a sua coexistência é, pelo contrário, uma das características do nosso tempo, já que, num sistema mundial cada vez mais integrado, lugares e regiões continuam a fazer-se e a refazer-se.

No contexto de mudança em que vivemos, é necessário renovar a nossa capacidade de descrição e de interpretação do mundo, através da procura de padrões espaciais que permitam compreender a complexidade de cada situação e de cada espaço concreto num quadro de referência global, podendo, assim, orientar acções destinadas a enfrentar alguns dos problemas actuais da nossa sociedade.

Os valores educativos de uma disciplina, qualquer que ela seja, traduzem o fundamental da sua contribuição para a formação pessoal, social, técnica e científica dos alunos. A Geografia aposta hoje numa renovação conceptual que passa pela compreensão de novas territorialidades, valorizando uma visão integradora que ajude a entender as complexas inter-relações entre as

novas redes de comunicação, as tecnologias de informação, os espaços, os lugares, a sociedade. A Geografia desempenha um papel importante na preparação dos jovens para a vida do dia a dia, fornecendo-lhes uma informação correcta sobre o mundo actual e ajudando-os a compreender, por si mesmos, os paradoxos do lugar onde vivem e as conexões deste com um espaço globalizado.

O conhecimento geográfico inclui componentes muito diversificadas — sociais, económicas, ambientais e culturais — que se concretizam em cada território. A variedade de conhecimentos que a Geografia mobiliza, favorece a articulação com saberes diferentes, concorrendo para a afirmação de um saber integrado e coerente. Através das descobertas que promove, a educação geográfica estimula a consolidação de uma atitude crítica, o debate de ideias e a tomada de decisões.

Neste contexto, a inclusão da disciplina de Geografia no 12º ano do Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas e do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas tem como finalidade proporcionar aos alunos uma formação que, a partir do tratamento de uma temática global, lhes facilite a compreensão da crescente interdependência planetária e dos problemas que afectam os territórios, as sociedades e as relações da Pessoa Humana com o Ambiente, estimulando-os a interessarem-se por uma participação mais consciente na procura de soluções alternativas, desenvolvendo atitudes de solidariedade territorial, numa perspectiva de sustentabilidade.

Destinando-se a alunos que fizeram percursos escolares diferentes, o programa da disciplina tem de ser flexível, oferecendo possibilidades de reestruturações ajustáveis às diversas proveniências dos alunos, valorizando o potencial de conhecimentos e de conceitos provindos das diferentes áreas disciplinares, procurando sistematizá-los e dar-lhes coerência de forma a contribuir para o enriquecimento cultural e para a formação pessoal e social dos alunos.

O carácter optativo das disciplinas que constituem a componente específica do Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas e do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas do ensino secundário inviabiliza uma articulação horizontal. Este condicionalismo poderá ser superado, sempre que o leque de disciplinas escolhido, em cada escola, permita a realização de trabalhos de carácter interdisciplinar.

Relativamente à articulação vertical, e dado que a Geografia é uma disciplina de continuidade para os alunos do Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas, considera-se fundamental, para o desenvolvimento do programa do 12º ano, (re)construir conceitos e desenvolver competências já adquiridas nos anos anteriores. Relativamente aos alunos do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas, considera-se fundamental, para o

desenvolvimento do programa de Geografia C do ensino secundário, (re)construir conceitos e desenvolver competências já adquiridas nos 10º e 11º anos, na disciplina de Economia A.

PARTE II

Apresentação do Programa

1. FINALIDADES

Constituem finalidades desta disciplina *criar condições que facilitem:*

- a apetência pelo saber/pensar as espacialidades e os territórios e a disponibilidade permanente para a reconstrução crítica do próprio saber;
- a sensibilização para as grandes questões das sociedades contemporâneas, promovendo a apetência para a procura de soluções alternativas;
- o desenvolvimento da capacidade de compreender lugares e regiões como componentes de um sistema global em constante mudança;
- o desenvolvimento de atitudes que proporcionem a compreensão da relação do Homem com a Natureza e o valor das diferentes culturas e sociedades;
- o desenvolvimento da curiosidade geográfica como promotora da educação para a cidadania;
- o desenvolvimento do sentido de pertença e de atitudes de solidariedade territorial, numa perspectiva de sustentabilidade;
- a participação nas discussões relativas à organização do espaço, ponderando os riscos ambientais e para a saúde envolvidos nas tomadas de decisão;
- o aperfeiçoamento da relação interpessoal no sentido de coerência, autonomia e confiança em si próprio;
- o aperfeiçoamento da relação interpessoal no sentido da compreensão, da empatia e da solidariedade.

2. OBJECTIVOS GERAIS / COMPETÊNCIAS

1. Valorizar as diferenças entre indivíduos e culturas.
2. Demonstrar espírito de tolerância e capacidade de diálogo crítico.
3. Aceitar desafios partilhando riscos e dificuldades.
4. Desenvolver a percepção espacial no sentido de uma progressiva apropriação criativa dos espaços de vida.
5. Avaliar o contributo das Tecnologias da Informação e Comunicação como factor de desenvolvimento na compreensão e utilização individual e social do espaço geográfico.
6. Interessar-se pela conciliação entre o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações, associando-os à valorização do património natural e cultural.
7. Intervir no sentido de atenuar as assimetrias territoriais, valorizando a preservação das diferenças entre as regiões.
8. Utilizar correctamente os conceitos geográficos.
9. Descrever e interpretar situações de carácter geográfico.
10. Identificar situações problemáticas relativas às espacialidades e aos territórios.
11. Perspectivar a análise da realidade em termos sistémicos.
12. Participar, através da procura e da apresentação de soluções fundamentadas, na resolução de problemas espaciais.
13. Utilizar os métodos indutivo e dedutivo no estudo de fenómenos geográficos.
14. Utilizar o processo de inferência para interpretar documentos geográficos, encaminhar a pesquisa, responder a problemas ou levantar novos problemas.
15. Sistematizar dados, dando-lhes coerência e organizando-os em categorias, na procura de modelos explicativos de organização dos territórios.
16. Rentabilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem.
17. Utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação, nomeadamente os meios informáticos, telemáticos e vídeo.
18. Reconhecer a necessidade de mudança da escala de análise na compreensão do espaço geográfico.
19. Compreender a necessidade de articular diferentes espaços e diferentes períodos de o tempo na análise geográfica do mundo contemporâneo.
20. Reconhecer a existência de diferentes padrões de distribuição dos fenómenos geográficos.

21. Compreender alguns dos problemas do mundo contemporâneo, sua diversidade e mutabilidade.
22. Compreender que a mundialização se reflecte na construção social e cultural dos lugares e regiões, a diferentes escalas.
23. Compreender a interacção dos processos globais com as suas manifestações locais.
24. Relacionar a capacidade de transformação da organização espacial com diferentes graus de desenvolvimento científico e tecnológico.
25. Relacionar a existência de conflitos no uso do espaço e na gestão de recursos com situações de desigual desenvolvimento, a nível local, regional e mundial.
26. Compreender as inter-relações entre as novas redes de comunicação, as tecnologias de informação e comunicação, o espaço, os lugares e a sociedade.

3. VISÃO GERAL DOS TEMAS/SUBTEMAS POR MÓDULO - 12.º ANO

CURSO CIENTÍFICO- HUMANÍSTICO <ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais e Humanas • Ciências Socioeconómicas 	Ensino recorrente 12º ANO	PROGRAMA de GEOGRAFIA C
--	--	--

Módulo	Temas/subtemas
1.º	<p>Introdução</p> <p style="text-align: center;">O Sistema Mundial Contemporâneo</p> <p>1. Um Mundo Policêntrico</p> <p style="padding-left: 20px;">1.1. Antecedentes geopolíticos e geostratégicos</p> <p style="padding-left: 20px;">1.2. A emergência de novos centros de poder</p> <p style="padding-left: 20px;">1.3. O papel das organizações internacionais</p>
2.º	<p>2. Um Mundo Fragmentado</p> <p style="padding-left: 20px;">2.1. Espaço de fluxos e actores mundiais</p> <p style="padding-left: 20px;">2.2. Espaços motores de fluxos mundiais</p> <p style="padding-left: 20px;">2.3. A (re)emergência de conflitos regionais</p>
3.º	<p>3. Um Mundo de Contrastes</p> <p style="padding-left: 20px;">3.1. Um mundo superpovoado?</p> <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p> <p style="padding-left: 20px;">3.2. Um acesso desigual ao Desenvolvimento?</p> <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p> <p style="padding-left: 20px;">3.3. Problemas ambientais, impactos humanos diferentes?</p> <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p>

4. SUGESTÕES METODOLÓGICAS GERAIS

A Escola tem vindo a assumir nas nossas sociedades uma importante função prospectiva. Espera-se que forme indivíduos que, como cidadãos, associem autonomia e solidariedade, dominem, simultaneamente, conhecimentos estruturantes e específicos, mantenham a disposição para actualizar o seu saber, se situem em posição de reflexão crítica e se manifestem tolerantes e capazes de diálogo.

Ultrapassando padrões de uniformidade socialmente instituídos como são os oferecidos pela escola, o desenvolvimento do indivíduo processa-se na afirmação da sua especificidade, da sua totalidade única, acentuando-se, com a idade, a necessidade de encontrar condições de aprendizagem diversificadas, potenciadoras de uma apropriação pessoal e diferenciada do conhecimento.

A par da escola formal, afirma-se, no dia a dia, a escola paralela. Múltiplos centros de difusão de informação emitem mensagens que invadem o nosso universo cultural, exigindo uma preparação que permita seleccionar, organizar e integrar essas mensagens, de forma útil e coerente, na nossa experiência de vida. Esta situação que, em muitos aspectos, é nova, torna essencial que se optimize pela educação, um potencial de conhecimentos ao alcance de qualquer um, desde que esteja preparado para investigar, tratar e avaliar a informação que circula na sociedade. A educação escolar deve corresponder a um período de desenvolvimento global e integrado, onde avulte o conhecimento estruturante de processos, a capacidade de equacionar problemas e de intervir em projectos, de forma a propiciar o desenvolvimento da criatividade e da autonomia.

Por isso, a Escola deve ter como finalidade facilitar a apropriação individual e o desenvolvimento integrado de atitudes/valores, de capacidades/competências e de conhecimento. No entanto, e contraditoriamente, propondo uma formação global, funciona segmentando o saber por áreas disciplinares determinadas pelas estruturas sociais e científicas do contexto tradicional do sistema de ensino.

Para gerir esta contradição e porque importa que os alunos adquiram do Mundo uma imagem multifacetada mas coerente e integrada, há que equacionar a sua aprendizagem tendo em conta o valor formativo dos processos de pesquisa em Geografia, numa perspectiva de isomorfismo entre o que se aprende e a forma como se aprende.

Reconhece-se, também, que o papel do professor é cada vez mais complexo e que lhe são exigidas múltiplas competências para dar respostas adequadas aos processos de interacção desenvolvidos na sala de aula, exigindo, no desenho geral do seu projecto pedagógico, um

trabalho prospectivo que tenha em conta a função de orientar na negociação do contrato com os alunos e nas tomadas de decisão quanto a métodos de trabalho e à escolha de recursos a explorar.

O ensino da Geografia pode beneficiar com esta visão pedagógica, desde que, na prática, se consiga identificar o valor potencial do meio. Na verdade, para além dos problemas concretos que a realidade sempre proporciona e que podem converter-se em áreas de questionamento de âmbito disciplinar e interdisciplinar, é possível também discriminar no espaço em que a escola está inserida fontes de informação ao nível de conhecimentos produzidos e sistematizados. De facto, diversos serviços oficiais e particulares publicam estatísticas, estudos, programas e relatórios contendo dados actualizados, utilizáveis nas actividades escolares. Importa, pois, diversificar as fontes a que se recorre e multiplicar as formas de abordar os problemas para que não aconteça que uma qualquer experiência inovadora se transforme, pela repetição acrítica ao longo dos anos e em todas as escolas, em mais uma prática rotineira e estereotipada. Pelo contrário, o caminho a seguir deve ser o que leva da percepção do problema à sua delimitação e ao levantamento de hipóteses que encaminham o processo de pesquisa.

Assim encarado, o ensino-aprendizagem em Geografia proporcionará um vasto campo de articulação com outros saberes, em especial com os que operam também importantes funções instrumentais de todo o conhecimento, nomeadamente a língua materna. Por isso, nas sugestões metodológicas propõem-se actividades que implicam o manuseio sistemático, diversificado e personalizado da língua-mãe, o que promoverá a competência do aluno nesta área. Da mesma maneira, através da explicitação de noções básicas e conceitos a construir e/ou a aprofundar no tratamento de cada tema, pretende-se não só consolidar as estruturas do conhecimento em Geografia, como enriquecer, especificar e aprofundar o sistema geral de vocabulário.

A concretização das sugestões previamente referidas implica a adopção de estratégias indissociáveis de uma escolha cuidada e criteriosa de técnicas e de actividades a utilizar dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da escola. Nesse sentido, é importante privilegiar actividades que, no âmbito da investigação geográfica, viabilizam a escolha, o tratamento e a apresentação de informação, assim como outras que, assumindo um carácter transversal face às diversas áreas do saber, estimulam a ocorrência de situações didácticas inovadoras e, paralelamente, acrescem as oportunidades de intervenção da disciplina de Geografia na Área de Projecto e no Projecto Educativo de Escola.

Assim, são de considerar actividades que impliquem contactos planeados, presenciais ou à distância, estruturados em projectos coerentes, com diversos intervenientes na tomada de decisões relativas à gestão e à organização do território, entendido nas suas múltiplas

dimensões. Esses contactos podem traduzir-se na realização de entrevistas, de inquéritos e no convite a especialistas para debate de temas em análise.

A recolha de informação deve fomentar a observação directa (de naturalista, a estruturada), recorrendo, se possível, a visitas de estudo e ao trabalho de campo ou a iniciativas individuais, e a pesquisa documental, baseada em publicações estatísticas, documentação cartográfica, relatórios, legislação, textos de imprensa, livros, *Internet*, etc.

O tratamento da informação recolhida deve articular-se coerentemente com o modelo de pesquisa adoptado, tendo em atenção a necessária diversificação de processos: numérico (determinação de frequências, médias, percentagens, amplitudes, etc.), gráfico (cartesianos, circulares, triangulares), matricial e cartográfico.

A organização e a sistematização dos dados pode proporcionar a produção de recursos, tais como *dossiers* temáticos, ficheiros de conceitos, de imagens, de problemas e bibliográficos. Considerando a importância crescente que as técnicas de expressão gráfica têm assumido, mesmo em contextos exteriores à Geografia, deve valorizar-se a sua utilização, seleccionando e/ou produzindo documentos com o rigor e a adequação que ao geógrafo se exigem.

Torna-se imprescindível, ainda, a referência à utilização de meios informáticos e telemáticos na concretização das múltiplas actividades propostas. Armazenar, processar e transmitir informação são hoje tarefas infinitamente facilitadas com a generalização daqueles meios, não se podendo mais negligenciar o seu potencial de transformação, em casa, nos locais de trabalho e, naturalmente, na escola e na sala de aula. As suas implicações na mudança de comportamentos, de atitudes e de valores dos jovens, devem ser enquadradas em atitudes pedagógicas que valorizem a articulação da Escola com o exterior.

Neste sentido, o ensino da Geografia pode beneficiar largamente das novas tecnologias em causa: no acesso à informação, recorrendo, por exemplo, a bases de dados e a sistemas de informação geográfica; no seu tratamento, independentemente dos processos utilizados; na sua comunicação, utilizando, por exemplo, correio electrónico; no seu armazenamento, constituindo ficheiros informatizados.

No final do Ensino Secundário, deverão ser atingidos os objectivos definidos para este nível de ensino e as finalidades da Geografia deverão contribuir, de forma significativa, para que os alunos, salvaguardadas diferenças de cunho pessoal, possam corresponder ao perfil desejado do aluno que termina o Ensino Secundário.

O contributo do programa para os objectivos definidos será tanto mais relevante quanto maior for a possibilidade de mobilizar, de forma coerente, competências, conhecimentos e

metodologias associadas a um dos objectivos fundamentais da Geografia: identificar e compreender as espacialidades das sociedades contemporâneas, estudando as distribuições geográficas, os contrastes regionais e as interacções espaciais e analisando os diferentes territórios considerados como produtos sociais e contextos da acção humana.

Dada a heterogeneidade de conhecimentos que mobiliza, o saber geográfico favorece o estabelecimento de pontes com outros saberes, contribuindo para evitar leituras reducionistas de base exclusivamente disciplinar, ao mesmo tempo que suscita o confronto de ideias e de perspectivas e o desenvolvimento de atitudes de respeito por abordagens diferentes, devidamente argumentadas.

Assim, deseja-se que a leccionação do programa de Geografia C seja um momento privilegiado de síntese e de aplicação de conhecimentos multidisciplinares que ajude os alunos a situarem-se melhor na sociedade em que vivem. A aquisição e a compreensão de novos conceitos articular-se-ão com a eventual reformulação de outros, numa reflexão permanente sobre uma realidade multifacetada que constitui uma unidade sempre em mudança. Uma abordagem sistémica da realidade é, pois, particularmente adequada à compreensão de um mundo cada vez mais complexo em que as mudanças se processam a ritmos cada vez mais acelerados.

A Geografia oferece oportunidades reais de apreciação da diversidade e da variedade do mundo actual, das pessoas e dos lugares, contribuindo, não só para o desenvolvimento local, regional ou global, mas também para compreender e promover diferentes perspectivas sobre o mundo. A aceleração da mudança a que hoje se assiste exige uma apreciação do futuro e, deste modo, torna-se indispensável que se valorize, no processo educativo, uma matriz conceptual centrada na problemática das transformações que caracterizam o início deste século, de forma a desenvolver a compreensão da interdependência mundial, através de processos comuns de mudança económica, ambiental, política, social e cultural.

A realidade social é multidimensional, comportando factores demográficos, económicos, políticos, culturais e ideológicos. Alguns destes factores podem dominar, em dado momento, mas há rotatividade do factor dominante. O jogo do devir é complexo porque a evolução é marcada por criações e desvios, mas também por crises, rupturas e perturbações.

Neste sentido, é importante no decurso do processo educativo, sensibilizar os alunos para que a compreensão do presente se reveste de utilidade para a construção do futuro, o que exclui uma postura didáctica transmissiva de saberes descritivos da situação mundial passada e presente. Muito pelo contrário, deseja-se que a leccionação deste programa possa contribuir para que os alunos se consciencializem da complexidade dos sistemas que regulam o mundo contemporâneo, tendo um olhar crítico mas consciente do mundo, tal qual é possível conhecê-lo. Por isso, os conteúdos propostos, ao reportarem-se a factos que, pela sua própria natureza,

são temporalmente transitórios, deverão assumir sempre um carácter relativo, pelo que devem ser entendidos como meios para alcançar os objectivos definidos.

Considera-se ainda importante salientar que não é possível compreender o mundo contemporâneo ignorando o passado, pelo que a análise geográfica deve ser particularmente sensível ao espaço e ao tempo. Porém, o espaço e o tempo não podem ser introduzidos na análise geográfica de uma forma inerte. Os espaços sociais e os tempos sociais têm uma variedade múltipla de significados. É, portanto, necessário considerar o espaço e o tempo nas suas manifestações sociais, como múltiplos espaços e múltiplos tempos. Uma interpretação extrema da globalização contemporânea trata as actividades humanas como representando uma nova época para a humanidade, o que significa fazer uma análise particular espacio-temporal que privilegia a escala global, numa perspectiva de longa duração. Contudo, a análise geográfica não pode negligenciar outras escalas e outros espaços de tempo que continuam a existir, por mais poderosa que a globalização seja ou venha a ser. Quando se consideram outras escalas e outros períodos de tempo, localiza-se o presente num contexto em que a globalização é mais uma continuação do que algo de novo, embora a sua difusão seja maior, mais rápida e mais intensa.

Porém, a combinação, numa análise simples, de múltiplas escalas e de múltiplos períodos de tempo é difícil e, por isso, usar a globalização como ponto de partida, fundindo a escala global com o tempo de longa duração, pode ajudar à compreensão da geografia do mundo contemporâneo. No entanto, convém realçar que a mudança global não pode, em caso algum, fazer desaparecer as outras escalas, pois a sua intensificação coincide com a afirmação simultânea dos locais. Os locais são, muitas vezes, retratados como vítimas económicas das forças globais. Porém, os locais não são constituídos por populações inertes e sim por indivíduos cujas práticas sociais podem desenvolver formas de repudiar, atrair ou até melhorar as forças que parecem fora de controlo.

As características dos cursos científico-humanísticos em que a Geografia aparece como disciplina de opção no 12º ano e as considerações anteriormente referidas justificam, portanto, a opção por centrar os conteúdos do programa em problemáticas relevantes a nível mundial.

As especificidades do ensino recorrente exigem uma reorganização da estrutura do programa que se apresenta, agora, com uma estrutura modular, em que cada módulo tem uma identidade própria, incluindo as competências a desenvolver, os objectivos de aprendizagem, os temas/contéudos, as sugestões metodológicas e a avaliação.

O 1º módulo é composto por uma Introdução – *O Sistema Mundial Contemporâneo* e pelo tema 1 – *Um Mundo Policêntrico*. A Introdução tem como principais objectivos sensibilizar os

alunos para as novas problemáticas e para as mutações políticas e socioeconómicas que caracterizam o mundo contemporâneo e que irão ser desenvolvidas ao longo da leccionação do programa. Este tema tem um carácter exploratório e deve ser entendido como uma sensibilização ao desenvolvimento do programa, o que justifica o facto de não se apresentar subdividido em subtemas.

O tema 1 – *Um Mundo Policêntrico* – centra-se na análise e compreensão da crescente complexidade dos processos de mudança e da teia de relações económicas e sociais que, organizadas à escala do planeta, estão a criar um novo mundo, definido por novas configurações espaciais.

A necessidade de reajustar a dimensão deste 1º módulo ao tempo lectivo disponível, obrigou à reorganização dos subtemas constantes do programa do ensino secundário diurno. Assim, o subtema 1.4. – *A (re)emergência de conflitos regionais* – que integrava o tema 1, foi transposto para o final do tema 2, no 2º módulo. O facto de os conteúdos constantes deste subtema fazerem a articulação entre as aprendizagens desenvolvidas no tema 1 e as aprendizagens a realizar no tema 3 justifica também esta opção.

O 2º módulo, constituído pelo tema 2 – *Um Mundo Fragmentado* –, centra-se na compreensão das configurações espaciais que caracterizam o mundo actual, em que a transição de um espaço contínuo para um espaço em rede condiciona a circulação e em que umas regiões emergem em relação a outras.

Finalmente, o 3º módulo integra o tema 3 – *Um Mundo de Contrastes* – que se centra na compreensão das assimetrias de desenvolvimento do mundo actual, evidenciando a dicotomia entre um mundo de conforto e um mundo que luta pela sobrevivência, cujos espaços se interpenetram cada vez mais.

Neste último tema pretende-se que, de uma forma prospectiva, se proceda ao levantamento de questões relativas a um conjunto de problemas que afectam o mundo actual, o que justifica a opção pela formulação interrogativa dos subtemas que o constituem, cuja leccionação deve ser complementada com estudos de caso. A introdução dos estudos de caso é uma oportunidade efectiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia, evitando abstracções e generalizações abusivas que, muitas vezes, ocorrem quando o estudo geográfico incide sobre temáticas muito diferenciadas, incidentes em áreas mais ou menos vastas. Atendendo às características do tema 3, considera-se que os estudos de caso devem incidir sobre um país desenvolvido e sobre um país em vias de desenvolvimento, optando-se por apresentar sugestões concretas, no final de cada subtema.

Na concretização dos estudos de caso, sugere-se a utilização da metodologia do trabalho de projecto, incluindo o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica e a recolha e o tratamento de informação recolhida em fontes diversificadas. Embora para os alunos na modalidade de frequência não presencial, cuja avaliação tem como instrumentos os testes escritos, não seja viável a utilização desta metodologia, dada a importância deste tipo de abordagem, entende-se que os alunos na modalidade de frequência presencial devem realizar os estudos de caso.

Na estrutura utilizada para o desenvolvimento do programa, apresenta-se a indicação do nível de abordagem adequado a cada subtema, o qual deve ser entendido em articulação com os objectivos definidos. Este propósito é complementado com a referência, para cada subtema, de conceitos que devem ser considerados numa perspectiva de permanente (re)construção. Na coluna de “conceitos/noções básicas” incluem-se conceitos de complexidade variável. Uns são muito concretos, pertencentes ao mundo da experiência directa, facilmente aprendidos por observação e contraste, através de exemplos concretos e outros são mais abstractos, pertencentes ao mundo do raciocínio (Marsden,1976). A ligação entre uns e outros permite a construção de princípios e conceitos estruturantes que substanciam e dão unidade à aprendizagem geográfica.

Embora com nível hierárquico diferente, optou-se por indicar os conceitos/noções básicas por ordem alfabética, em cada tema, por se considerar que a sua ordenação, utilizando qualquer outro critério, nomeadamente o da sequência de aprendizagem, tornaria demasiadamente prescritivas as sugestões que se apresentam no nível de abordagem.

A definição, em cada subtema, de objectivos intermédios, sobretudo do domínio dos conhecimentos, resultou de se considerar que, num país como Portugal, com grandes desigualdades em termos de acesso a informação e a documentação actualizadas, isso possibilitaria uma melhor aferição das aprendizagens, em termos nacionais.

As competências a desenvolver, quer as de natureza analítico-conceptual quer as de natureza técnico-instrumental, fornecem ao professor uma ferramenta conceptual que, em conjunto com os objectivos intermédios e os conceitos, permitem a selecção adequada dos conteúdos, dos materiais e das situações de aprendizagem. É ainda importante que o processo de ensino/aprendizagem se oriente tendo em vista o desenvolvimento de atitudes e de valores. A transversalidade das competências técnico-instrumentais e das atitudinais justifica o seu grau de generalidade e a opção pela não indicação das que se pretendem desenvolver em cada tema.

Paralelamente à utilização dos diversos documentos já mencionados, deve realçar-se a necessidade de recorrer a outros que, pela sua especificidade, permitem e requerem análises mais complexas, mas também de conteúdo mais profundo, eventualmente justificáveis para a compreensão e valorização dos processos que envolvem a organização espacial de um território

concreto. Trata-se, entre outros, de um vasto conjunto de cartografia temática, fundamental para o tratamento da generalidade dos temas propostos.

Não é demais realçar, também, a necessidade de estimular, no âmbito da generalidade das actividades sugeridas (e das que vierem a ser imaginadas e implementadas pelos inúmeros docentes envolvidos neste processo) uma apreciação crítica, devidamente fundamentada, da informação recolhida, tratada e representada, de forma a criar, sempre que possível, oportunidades para a sua divulgação na Escola e na Comunidade, promovendo a realização de debates, comunicações e colóquios, exposições temáticas ou outras iniciativas.

Finalmente, recorda-se, mais uma vez, que os conteúdos propostos deverão assumir sempre um carácter relativo uma vez que se reportam a factos que, pela sua própria natureza, são temporalmente transitórios, e que, dada a imprevisibilidade das mudanças no mundo actual, é importante que seja feita uma permanente actualização dos conteúdos programáticos.

5. RECURSOS

O ensino da Geografia requer recursos didáticos diversificados, quer como instrumentos de análise geográfica, quer como auxiliares na formação de imagens mentais. A selecção da quantidade e da qualidade dos recursos a utilizar deve ser feita de forma rigorosa, importando salientar que estes podem ser elaborados pelos professores e, também, pelos alunos.

A utilização sistemática e atempada dos recursos mais adequados pressupõe uma organização escolar que possibilite ao professor permanecer, preferencialmente, numa sala equipada, o que irá facilitar uma metodologia mais activa e experimental. Assim, considera-se importante que nessa sala existam os seguintes recursos:

A – Equipamento Fundamental

Projector de diapositivos;
Retroprojector;
Écran;
Televisão;
Datashow;
Computador com impressora, *scanner* e ligação à *Internet*;
Câmara de vídeo e máquina fotográfica (disponíveis quando necessário);
Leitor de vídeo/DVD;
Armário de mapas;
Arquivador de livros e revistas.

B – Materiais fundamentais

Fotografias e diapositivos;
Videogramas;
Imagens de satélite e fotografias aéreas;
Mapas diversificados e de diferentes escalas;
Atlas do Ambiente;
Relatórios de organismos internacionais (Comissão Europeia, PNUD, Banco Mundial, OCDE e outros);
Estatísticas diversas;
Software específico.

C – Consumíveis diversos

6. AVALIAÇÃO

Uma pedagogia activa, centrada na interacção professor-aluno e numa relação dinâmica com o saber, implica considerar, com atenção e rigor, os efeitos reguladores da avaliação, a qual deverá ser coerente com o modelo pedagógico proposto, valorizando a sua componente formativa.

Toda a avaliação implica uma recolha de informação e elaboração de juízos e a tomada de decisões adaptadas a cada aluno, tendo uma função eminentemente reguladora do acto educativo. Sendo cada situação de aprendizagem única e cada indivíduo um ser diferente, não se pode pretender que todos evidenciem os mesmos comportamentos. Assim, será desejável que cada um, compreendendo o que é exigido, possa contribuir para a avaliação.

Deste modo, a avaliação deverá permitir:

- ao aluno, controlar em pequenos passos a sua aprendizagem, tomar consciência das suas dificuldades, reflectir sobre a sua prática e a sua evolução;
- ao professor, analisar criticamente a sua intervenção, definindo estratégias alternativas e introduzindo mecanismos de correcção;
- a todos os intervenientes do acto educativo, encontrar soluções alternativas às deficiências evidenciadas quando da passagem à prática do modelo teórico.

Nesta perspectiva, a avaliação deverá ser integrada, integral, contínua e sistemática. Integrada porque faz parte do conjunto de actividades de ensino/aprendizagem e integral porque tem em conta, tanto a aquisição de novos conceitos, como de procedimentos, de atitudes, de capacidades de relação e de comunicação e o desenvolvimento autónomo de cada aluno. Embora não desprezando a recolha de informação sobre os produtos de aprendizagem, a avaliação deverá incidir essencialmente sobre os processos, fazendo-o de forma sistemática, através da interacção permanente professor-aluno-alunos, desenvolvendo atitudes de auto e hetero-avaliação. Só assim a avaliação assumirá toda a sua dimensão formativa, favorecendo a autoconfiança e a progressão na aprendizagem e estimulando o sucesso educativo.

As referências reguladoras da prática pedagógica são os objectivos gerais do ensino secundário para os quais convergem os objectivos definidos para a disciplina. Porque os objectivos gerais definidos contemplam domínios tão variados como a aquisição de novos conceitos, o desenvolvimento de competências e de atitudes e valores, também a avaliação deverá contemplar estas três áreas do saber que concorrem para o desenvolvimento pessoal e social de cada aluno.

Assim, deverão ser objecto de avaliação na modalidade de frequência presencial:

- *o conjunto de actividades* realizadas pelo aluno, individualmente ou em grupo, atendendo à aquisição de novos conceitos ou reconstrução de outros, ao progressivo domínio de técnicas de pesquisa e de organização da informação, à capacidade para comunicar e organizar-se tendo por objectivo a resolução de problemas, às atitudes desenvolvidas face às tarefas propostas, à sua capacidade de decisão e autonomia;
- *as relações de comunicação e de participação* desenvolvidas no grupo-classe, na Escola e na Comunidade.

Ao professor caberá empenhar-se na elaboração do sistema de avaliação que irá utilizar, proporcionando ao aluno um progressivo envolvimento nessa tarefa, tendo em conta:

- a necessidade de optar por uma avaliação criterial que balize objectivos intermédios no itinerário de formação, permitindo ao aluno localizar-se no seu próprio progresso;
- a vantagem de procurar implementar uma avaliação interactiva, incidindo, principalmente, nos processos de aprendizagem, de forma a proporcionar reajustamentos frequentes;
- a importância de uma negociação prévia de questões, tais como o peso relativo das diversas actividades na avaliação sumativa, a definição dos objectivos intermédios, de parâmetros e de critérios de avaliação e, para cada actividade, dos instrumentos e das formas que esta deve assumir, bem como a maneira de articular as propostas avaliativas dos vários intervenientes, de forma a propiciar a auto e a hetero-avaliação;
- a consequente necessidade de (re)adaptar ou (re)construir os diversos instrumentos de avaliação (caderno do professor, caderno do aluno, listas de controlo, folhas de registo, análise de trabalhos individuais ou de grupo, entrevistas, discussões, debates, provas escritas e orais), de acordo com as diferentes situações e aspectos a avaliar e, por último, definir as regras da sua utilização, negociando-as com os alunos, valorizando, assim, a dimensão formativa do processo de avaliação.

Recorda-se que, por normativo legal, para os alunos que frequentam o ensino recorrente na modalidade de ensino não presencial, a capitalização de módulos é obrigatoriamente sequencial e a prova de avaliação deve revestir a forma de prova escrita.

PARTE III

Desenvolvimento do Programa por Módulos

GESTÃO DOS TEMAS /SUBTEMAS/CONTEÚDOS - 12º Ano

CURSO CIENTÍFICO- HUMANÍSTICO <ul style="list-style-type: none">• Ciências Sociais e Humanas• Ciências Socioeconómicas	Ensino recorrente 12º ANO	PROGRAMA de GEOGRAFIA C
--	--	--

TEMAS/SUBTEMAS/CONTEÚDOS	N.º DE UNIDADES LECTIVAS*
<p style="text-align: center;">1º Módulo</p> <p>Introdução O Sistema Mundial Contemporâneo</p> <ul style="list-style-type: none">- o reforço da mundialização- novas dinâmicas espaciais- a reinvenção do local num mundo global <p>1. Um Mundo Policêntrico</p> <p>1.1. Antecedentes geopolíticos e geostratégicos</p> <ul style="list-style-type: none">- a partilha do Mundo no final da 2ª Grande Guerra- a reafirmação da Europa e a consolidação do Japão- o Terceiro Mundo e a emergência das semi-periferias <p>1.2. A emergência de novos centros de poder</p> <ul style="list-style-type: none">- um novo mapa político- a rápida transformação dos mapas económicos- o Terceiro Mundo e a nova ordem global <p>1.3. O papel das organizações internacionais</p> <ul style="list-style-type: none">- as organizações formais- as organizações informais	36 (12 semanas)

<p style="text-align: center;">2º Módulo</p> <p>2. Um Mundo Fragmentado</p> <p>2.1. Espaço de fluxos e actores mundiais</p> <ul style="list-style-type: none"> - tendências migratórias no mundo contemporâneo - circulação de capitais - comércio internacional de bens e serviços - circulação da informação <p>2.2. Espaços motores de fluxos mundiais</p> <ul style="list-style-type: none"> - o protagonismo crescente das cidades - o reforço das macro-regiões <p>2.3. A (re)emergência de conflitos regionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - os fundamentalismos - os nacionalismos - as guerras da água 	<p>27 (9 semanas)</p>
<p style="text-align: center;">3º Módulo</p> <p>3. Um Mundo de Contrastes</p> <p>3.1. Um Mundo superpovoado?</p> <ul style="list-style-type: none"> - estabilização da população no Norte - crescimento acelerado da população no Sul - população e recursos globais <p style="text-align: right;">Estudo de caso</p> <p>3.2. Um acesso desigual ao Desenvolvimento?</p> <ul style="list-style-type: none"> - emprego e exclusão social - fome e má nutrição - pobreza e saúde <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p> <p>3.3. Problemas ambientais, impactos humanos diferentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> - questões ambientais globais e internacionais - ambiente urbano <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p>	<p>36 (12 semanas)</p>
<p>TOTAL DE UNIDADES LECTIVAS</p>	<p>99</p>

(*) Unidades lectivas de 90 minutos.

Nota: na modalidade de frequência presencial o número de unidades lectivas previsto inclui a avaliação.

1º Módulo

Gestão dos temas /subtemas/conteúdos – 1º Módulo

CURSO CIENTÍFICO- HUMANÍSTICO <ul style="list-style-type: none">• Ciências Sociais e Humanas• Ciências Socioeconómicas	Ensino recorrente 12º ANO	PROGRAMA de GEOGRAFIA C
--	--	--

1º Módulo TEMAS/SUBTEMAS/CONTEÚDOS	N.º DE UNIDADES LECTIVAS*
<p>Introdução</p> <p>O Sistema Mundial Contemporâneo</p> <ul style="list-style-type: none">- o reforço da mundialização- novas dinâmicas espaciais- a reinvenção do local num mundo global <p>1. Um Mundo Policêntrico</p> <p>1.1. Antecedentes geopolíticos e geostratégicos</p> <ul style="list-style-type: none">- a partilha do Mundo no final da 2ª Grande Guerra- a reafirmação da Europa e a consolidação do Japão- o Terceiro Mundo e a emergência das semi-periferias <p>1.2. A emergência de novos centros de poder</p> <ul style="list-style-type: none">- um novo mapa político- a rápida transformação dos mapas económicos- o Terceiro Mundo e a nova ordem global <p>1.3. O papel das organizações internacionais</p> <ul style="list-style-type: none">- as organizações formais- as organizações informais	36 (12 semanas)

Matriz de competências por módulo – 12.º Ano – Geografia C

	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo
1	▲		
2	▲		
3	Perdeu relevância no ensino recorrente		
4	▲		
5			
6	Perdeu relevância no ensino recorrente		
7	Perdeu relevância no ensino recorrente		
8	▲		
9	▲		
10	▲		
11	▲		
12	Perdeu relevância no ensino recorrente		
13	▲		
14	▲		
15	▲		
16	▲		
17	▲		
18	▲		
19	▲		
20	▲		
21	▲		
22	▲		
23	▲		
24	▲		
25	▲		
26			

▲ Competências a desenvolver

Especificação dos temas/Subtemas/Conteúdos - 1º módulo – 12º Ano – Geografia C

<p>1º Módulo</p> <p>O Sistema Mundial Contemporâneo</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>O grande desafio deste início de século é o entendimento das novas configurações espaciais decorrentes da organização, à escala do planeta, de novos processos e de novos actores económicos e políticos.</p>
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Actores da mundialização Aldeia global Arquipélago-mundo Fragmentação Globalização Integração Interdependência Internacionalização Multipolaridade Mundialização Mundo policêntrico Sistema-mundial</p>	<p style="text-align: center;">CONTEÚDOS</p> <p style="text-align: center;">- o reforço da mundialização - novas dinâmicas espaciais - a reinvenção do local num mundo global</p> <hr/> <p>No final deste tema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir a importância da mundialização na criação de novas dinâmicas espaciais; • Compreender o papel dos principais actores da mundialização; • Compreender a relação dialéctica entre o global e o local; • Compreender a complexidade e a interdependência dos problemas que afectam a Humanidade, em diferentes locais do planeta.

Com o tema *O Sistema Mundial Contemporâneo* – pretende-se criar um tema introdutório cujo desenvolvimento, baseado na exploração dos conhecimentos dos alunos e na reflexão conjunta, se centre na ideia de que a permanência e a aceleração do processo de mundialização são o traço de união entre as diversas modificações ocorridas no final do século XX e constituem um dos aspectos determinantes deste período. Paralelamente, pretende-se que os alunos compreendam que, num mundo caracterizado pela instantaneidade da informação, pelo aumento da velocidade dos transportes e pela densificação das redes de fluxos, os locais conservam toda a sua importância, pois a sua natureza não é apenas económica, mas também política e simbólica.

Nesta perspectiva, é importante que, tendo em conta o percurso escolar dos alunos, se retomem e integrem conhecimentos adquiridos nos anos anteriores em Geografia e noutras disciplinas, nomeadamente a História e a Economia, esta última para os alunos do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas.

No desenvolvimento deste tema propõe-se que, com base na reflexão sobre o conjunto de transformações que caracterizam as transacções globais responsáveis pela mundialização verificada nos últimos 50 anos, se explore o significado do conceito de mundialização e de outros associados, nomeadamente globalização, e se faça uma referência, ainda que breve, dado este ser apenas um tema introdutório, aos principais actores da mundialização.

Sugere-se ainda que se evidencie que, se, por um lado, a mundialização tem vindo a contribuir para o aumento da interdependência entre lugares e regiões, por outro lado, tem vindo a acentuar as assimetrias existentes, aumentando o fosso entre as sociedades ricas e as sociedades que lutam pela sobrevivência. Neste contexto, é pertinente salientar que, num mundo cada vez mais integrado, o mundo de sobrevivência tem vindo a interpenetrar, progressivamente, o mundo de conforto, acentuando também as desigualdades de desenvolvimento no interior dos países.

Considera-se também importante que se reflita sobre o facto de as transformações que caracterizam o final do século XX corresponderem ao início de um processo de recomposição da paisagem internacional, marcada, simultaneamente, pela mundialização e pela fragmentação, criando novas dinâmicas espaciais. Neste contexto, importa evidenciar que o tipo de vínculos entre os territórios é, hoje, cenário de novos paradoxos: à uniformização global potenciadora de maior inclusão social, opõe-se a emergência de diferenças e de novas formas de exclusão; a criação de riqueza e de múltiplas oportunidades é acompanhada de ameaças e de riscos.

Finalmente, propõe-se que se faça uma análise da dialéctica global/local, de forma a que os alunos compreendam que a mudança global não pode fazer desaparecer as outras escalas, pelo contrário: a mundialização crescente coincide com a afirmação dos locais como lugares de controlo (cidades globais) e de resistência (nacionalismos). Os princípios fundamentais da organização espacial continuam a operar, o que assegura que, mesmo sendo maior a integração do sistema mundial, os lugares e as regiões continuem a fazer-se e a refazer-se. Deste modo, o novo contexto mundial é preenchido com a variedade local que está em constante mudança, do mesmo modo que o contexto global, ele próprio, responde aos desenvolvimentos locais.

<p>1º Módulo</p> <p>1. Um Mundo Policêntrico</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>Os alinhamentos e os antagonismos do passado recente estão a desmoronar-se e as estruturas que permitiram a sua estabilidade parecem estar a ruir. Até mesmo o sistema internacional e a soberania dos Estados-Nação atravessam tempos conturbados.</p>
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Acordos de Lomé Ajuda Multilateral/bilateral Centro/Periferia Coexistência pacífica Conferência de <i>Bandung</i> Conferência de Belgrado Dependência económica Deterioração dos termos de troca Direito de veto Doutrina <i>Truman</i> Esfera de influência Estratégia de desenvolvimento Formas de integração económica Geopolítica Geoestratégica Guerra fria Mercado comum Mercado único Mundo bipolar Norte/Sul Nova ordem económica internacional Novos Países Industrializados Nova ordem económica internacional Organizações político/militares Países em vias de desenvolvimento/Países desenvolvidos Semi-periferia Terceiro Mundo</p>	<p style="text-align: center;">SUBTEMA</p> <p>1.1. Antecedentes geopolíticos e geostratégicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - a partilha do Mundo no final da 2ª Grande Guerra - a reafirmação da Europa e a consolidação do Japão - o Terceiro Mundo e a emergência de semi-periferias <hr/> <p>No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicar a afirmação do poderio militar dos EUA e da URSS, no final da 2ª Guerra mundial; • Compreender a existência de um equilíbrio geopolítico instável face aos conflitos regionais; • Discutir as repercussões da guerra fria à escala mundial; • Analisar o papel do Movimento dos Não Alinhados no relacionamento entre as duas superpotências, no contexto da guerra fria; • Compreender o papel da ONU face aos frágeis equilíbrios emergentes no pós-guerra; • Compreender as finalidades do Plano Marshall e do Plano Dodge, no contexto da guerra fria; • Relacionar o processo de reafirmação da Europa com o papel desempenhado pela OECE/OCDE; • Compreender a importância do processo de construção da União Europeia na reafirmação da Europa como centro de decisão; • Explicar a afirmação do Japão como potência económica, no pós-guerra; • Explicar a diversificação das estratégias de desenvolvimento dos Novos Países Industrializados; • Compreender a importância que assume o posicionamento geoeconómico dos Novos Países Industrializados; • Discutir o papel da ajuda internacional aos países do Terceiro Mundo; • Avaliar a importância da cooperação da União Europeia com os países do ACP; • Reconhecer a importância da cooperação Norte/ Sul na procura de uma Nova Ordem Económica Internacional.

1º Módulo

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

1. Um Mundo Policêntrico

Com o tema 1 – *Um mundo policêntrico* – pretende-se que se faça uma abordagem dinâmica e interactiva dos processos que conduziram à configuração do mundo contemporâneo, de forma a evidenciar as principais diferenças entre o carácter bipolar do mundo do pós-guerra e a multipolaridade do mundo actual, salientando que, ao padrão relativamente estável da política internacional que caracterizou o período da Guerra Fria, sucedeu uma ordem mundial fluida e imprevisível. A construção do conhecimento da realidade actual deve ser efectuada com base numa análise que, no essencial, se resume a factos e a processos de mudança ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. Não se exclui, no entanto, a possibilidade de efectuar recuos temporais mais longos, embora estes devam assumir um carácter muito pontual, apenas como marcos temporais que constituam um auxiliar na compreensão dos desenvolvimentos ocorridos no período de tempo antes mencionado.

Considera-se importante que, durante a leccionação deste tema, os alunos realizem actividades de pesquisa documental baseada em dados estatísticos, documentação cartográfica, relatórios, textos de imprensa, livros, *Internet* e outras que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e tratamento da informação obtida.

Com o subtema *1.1. – Antecedentes geopolíticos e geostratégicos* – pretende-se que se faça uma abordagem centrada na análise e explicação dos factos e processos de mudança ocorridos no pós-guerra, evidenciando que a coexistência de duas vias de afirmação de poder e de decisão (uma radicada na presença de duas ideologias opostas, outra baseada no poder económico) consolidou um mundo caracterizado, por um lado, pela partilha geostratégica entre as duas superpotências e, por outro lado, pela bipolarização Norte/Sul, baseada no dualismo económico e no contraste de desenvolvimento.

No desenvolvimento deste subtema, considera-se importante que se explicitem as condições que proporcionaram a partilha geostratégica e geopolítica do mundo do pós-guerra, conduzindo à existência de um mundo bipolar. Assim, sugere-se que se evidencie a afirmação do poderio militar dos EUA e da URSS após 1945 e a radicalização ideológica que conduziu ao clima de “guerra fria” entre as duas superpotências, originando um equilíbrio geopolítico instável, facilitador da proliferação de inúmeros conflitos regionais. Neste contexto, é pertinente sublinhar o papel que as organizações político-militares (NATO/Pacto de Varsóvia) desempenharam na partilha do mundo, bem como o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) no quadro do relacionamento entre as duas potências.

Sugere-se ainda que se saliente o papel do plano Marshall e da OECE/OCDE na reafirmação da Europa e se evidencie o contributo do processo de integração europeia para o progressivo redimensionamento do espaço económico intracomunitário e para o papel relevante desse espaço como centro de poder e de decisão na actualidade. Relativamente ao Japão, considera-se relevante evidenciar as soluções encontradas para superar os condicionalismos do pós-guerra, salientando as condições que permitiram a sua rápida modernização agrícola e industrial e a sua afirmação como potência financeira e comercial. É, também importante, salientar o relativo declínio dos Estados Unidos, nos anos 70, já que, com a afirmação da Europa e do Japão como centros de poder, os EUA tiveram de partilhar um padrão trilateral de domínio económico.

1º Módulo

1. Um Mundo Policêntrico

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

No desenvolvimento deste subtema, considera-se, ainda, pertinente que se reflecta sobre a emergência do Terceiro Mundo, no contexto de um mundo bipolar. Assim, sugere-se que se equacione a questão do subdesenvolvimento, discutindo os reflexos da colonização na demografia, na economia e na organização interna dos países considerados como pertencentes ao Terceiro Mundo e salientando a grande heterogeneidade de situações desses países relativamente ao problema do desenvolvimento. Neste sentido, considera-se importante discutir a emergência de situações intermédias de desenvolvimento, tendo em atenção as limitações e as condições de sucesso das estratégias seguidas pelos novos países industrializados (NPI) da Ásia, da América Latina e da África do Norte.

Finalmente, propõe-se que se discuta a importância das trocas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, evidenciando o carácter desigual das mesmas e reflectindo sobre a necessidade de aumentar a cooperação Norte/Sul na procura de uma nova ordem económica internacional. Neste contexto, é também importante, salientar o papel da ajuda internacional aos países do Terceiro Mundo (em particular no que se refere à cooperação UE/países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), equacionando as razões internas e externas que limitam a eficácia dessa ajuda.

Interessa ainda realçar que, no desenvolvimento deste subtema, se consideram inadequadas abordagens que privilegiem o processo de formação e a estrutura das instituições nele referidas, numa óptica meramente descritiva.

<p>1º Módulo 1. Um Mundo Policêntrico</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>Os alinhamentos e os antagonismos do passado recente estão a desmoronar-se e as estruturas que permitiram a sua estabilidade parecem estar a ruir. Até mesmo o sistema internacional e a soberania dos Estados-Nação atravessam tempos conturbados.</p>
	<p style="text-align: center;">SUBTEMA</p> <p style="text-align: center;">1.2. A emergência de novos centros de poder</p> <ul style="list-style-type: none"> - um novo mapa político - a rápida transformação dos mapas económicos - o Terceiro Mundo e a nova ordem global
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Acordo de <i>Schengen</i> Coesão económica e social Liberalismo económico Programa de ajustamento estrutural Proteccionismo Relocalização Subsidiariedade Triade União económica e monetária (UEM)</p>	<p style="text-align: center;">No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Debater as implicações da fragmentação política do bloco socialista; • Analisar a problemática do relacionamento Europa/EUA/Japão como centros de poder, tendo em atenção zonas de conflito e zonas de cooperação; • Explicitar os principais problemas/desafios que se colocam à construção europeia; • Debater o reforço do papel da Europa na cena internacional; • Equacionar o papel da China e da Federação Russa na nova ordem global; • Debater os efeitos da crescente interdependência na definição de novos posicionamentos face aos países em vias de desenvolvimento; • Problematizar a emergência/aprofundamento de novas zonas de integração económica regionais.

1º Módulo
1. Um Mundo
Policêntrico

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Com o subtema *1.2. – A emergência de novos centros de poder* – pretende-se que se faça uma abordagem centrada na análise e explicação dos factores e dos processos de mudança ocorridos nos finais do século XX (anos 90) que originaram uma nova configuração geopolítica e geoeconómica do planeta, no sentido da consolidação de um mundo policêntrico. Pretende-se, também, que se evidencie que o fim da Guerra Fria converteu a divisão Leste-Oeste numa distinção sem sentido, o mesmo se aplicando, ainda que por outras razões, à bipolarização Norte/Sul, já que a homogeneidade relativa dos países do Sul se fragmentou e, enquanto tal, o Terceiro Mundo desapareceu como força politicamente unida, deixando de ser interveniente nas negociações internacionais.

No desenvolvimento deste subtema, considera-se importante que se explicitem os acontecimentos que, na década de 90, mudaram o mapa político contemporâneo, nomeadamente, o fim do comunismo como uma força na Europa e no Mundo, a reunificação da Alemanha e a desagregação da União Soviética. Assim, sugere-se que se debatam as implicações resultantes da fragmentação política do bloco socialista e a reorganização geopolítica e geoeconómica da Europa de Leste, nomeadamente a integração das suas economias na economia mundial. Neste contexto, considera-se pertinente salientar que o colapso do sistema comunista permitiu a reafirmação da autoridade dos Estados Unidos sobre o resto do mundo, como a única potência com poder político e militar. Assim, propõe-se que, através da análise de exemplos concretos, nomeadamente a guerra do Iraque, a intervenção no Kosovo e a guerra do Afeganistão, se discuta o papel dos Estados Unidos e da NATO nas questões relativas à segurança mundial.

Considera-se ainda pertinente salientar que as características dos processo de globalização originaram uma alteração da configuração do sistema económico mundial a um ritmo acelerado e com impactos significativos no relacionamento entre os diferentes Estados, no quadro geral da afirmação de novas realidades supranacionais, em termos de grandes regiões continentais. Esta nova ordem económica constituiu-se em função dos seguintes vectores fundamentais: (a) a Tríade, no centro do sistema económico mundial; (b) o reforço do papel da União Europeia na cena económica internacional; (c) o papel geoestratégico da Federação Russa; (d) a emergência da China e da Ásia do Pacífico e (e) os novos protagonistas do Sul.

Assim, sugere-se que se reflecta sobre o relacionamento entre a Europa, os EUA e o Japão, tendo em atenção as zonas de influência e de complementaridade e as zonas de concorrência e de conflito que se poderão desenvolver entre os principais protagonistas, discutindo, nomeadamente, o aumento da concorrência entre blocos económicos supranacionais e o aparecimento e/ou o aprofundamento de novas zonas de integração económica regionais, com o objectivo de aumentar o espaço de influência económica de cada um dos elementos da Tríade. Neste sentido, propõe-se que se reflecta sobre o facto de que a interdependência económica funciona como elemento de coesão intrablocos e como elemento polarizador interblocos, exprimindo o confronto entre duas tendências—a triadização e o multipolarismo.

Sugere-se, ainda, que se equacionem os desafios que se colocam ao processo de construção europeia, nomeadamente no que se refere ao alargamento aos países do Leste europeu e se debata a necessidade da Europa desenvolver a sua penetração no Sul, numa estratégia de meridianização, complementar das relações horizontais que desenvolve com os países do hemisfério norte.

Considera-se, também, pertinente debater o protagonismo da China, numa economia mundial globalizada, como suporte da afirmação de toda a Ásia desenvolvida, na área do Pacífico. Do mesmo modo, interessa reflectir sobre o papel que a Federação Russa desempenha na cena mundial contemporânea, pois, embora atravessando uma crise económica política e social de grandes dimensões, não deixou de ser uma potência nos planos político e militar, com interesses geostratégicos próprios.

Finalmente, importa reflectir sobre a modificação da natureza das relações Norte/Sul nesta nova ordem global. O protagonismo emergente de alguns países do SE asiático, competindo em quase todos os sectores industriais com os países mais desenvolvidos, as possibilidades de afirmação económica que se abrem a grandes países do “Sul”, com grande dimensão e potencial económico, como a Índia e o Brasil, o enriquecimento dos países do petróleo, a par de situações de miséria e de constantes conflitos militares inter-étnicos e inter-estados em quase toda a África Subsariana, e de situações de subdesenvolvimento crónico na Ásia Central e em grande parte da América Latina, fragmentaram a já frágil homogeneidade dos países do Terceiro Mundo. Perante tais condições, o Terceiro Mundo desapareceu enquanto força politicamente unida.

Neste contexto, importa debater a importância das relações Sul-Sul no reforço da posição dos países menos desenvolvidos no quadro das relações político-económicas internacionais, reflectindo sobre a necessidade de criar uma nova ordem económica internacional, nomeadamente através da protecção e da rediversificação das economias locais, generalizando, nas sociedades dos PVD, a protecção do direito de propriedade, por via formal, de forma a assegurar um eficiente desenvolvimento e funcionamento dos mercados.

<p>1º Módulo</p> <p>1. Um Mundo Policêntrico</p>	<p style="text-align: center;"><u>NÚCLEO CONCEPTUAL</u></p> <p>Os alinhamentos e os antagonismos do passado recente estão a desmoronar-se e as estruturas que permitiram a sua estabilidade parecem estar a ruir. Até mesmo o sistema internacional e a soberania dos Estados-Nação atravessam tempos conturbados.</p>
<p style="text-align: center;"><u>CONCEITOS</u></p> <p style="text-align: center;"><u>NOÇÕES BÁSICAS</u></p> <p>Cláusula da nação mais favorecida Deliberações Direito de veto <i>Dumping</i> Medidas de ajustamento estrutural Organização formal Organização informal Princípio da não discriminação Princípio do tratamento nacional Recomendações</p>	<p style="text-align: center;"><u>SUBTEMA</u></p> <p style="text-align: center;">1.3. O papel das organizações internacionais</p> <p style="text-align: center;">- organizações formais - organizações informais</p> <hr/> <p><u>No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os objectivos das organizações formais; • Relacionar o aparecimento das organizações formais supranacionais com a conjuntura do pós-guerra; • Analisar criticamente o papel desempenhado pelas organizações formais supranacionais; • Discutir o papel desempenhado pelas organizações formais de vocação regional; • Conhecer os objectivos das organizações informais; • Debater a importância da actuação das organizações informais.

Com o subtema 1.3. – *O papel das organizações internacionais* – pretende-se que se faça uma abordagem centrada no papel desempenhado pelas organizações internacionais formalizadas no pós-guerra, como agentes reguladores da ordem internacional então configurada. Esta abordagem deverá proporcionar a análise crítica das políticas seguidas pelas referidas organizações e a reflexão sobre a necessidade de mudança ou de adaptação das mesmas à ordem global surgida após 1989. Pretende-se, ainda, que se discuta o papel das organizações formais de vocação regional que têm vindo a surgir como resposta à lógica competitiva planetária, bem como a função reguladora exercida pelas organizações informais (Organizações não Governamentais), no quadro contemporâneo.

No desenvolvimento deste subtema, propõe-se que se analisem o contexto e os objectivos que presidiram à constituição da ONU e das organizações resultantes dos acordos de Bretton-Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas Aduaneiras/Organização Mundial do Comércio (GATT/OMC), analisando criticamente o papel que têm vindo a desempenhar na regulação da ordem internacional. Neste contexto, importa evidenciar que as organizações formais, apesar de supranacionais, só têm legitimidade e poder em função dos meios que os Estados lhes conferem e que, muitas delas, se revelam cada vez mais inadequadas para resolverem os problemas colocados pela nova ordem global, pelo que há necessidade de alteração das instituições e das suas políticas.

Assim, sugere-se que se discutam algumas das acções levadas a cabo pelas organizações formais, reflectindo sobre o impacto das mesmas, nomeadamente: as consequências locais de projectos de desenvolvimento apoiados pelo Banco Mundial; os efeitos das políticas de ajustamento estrutural do FMI; os acordos recentes elaborados a nível do GATT/OMC, em relação à agricultura ou à propriedade intelectual; a dificuldade de intervenção da ONU na resolução de conflitos regionais.

Também relativamente às organizações formais de vocação regional – a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), o Tratado de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), o Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL), a Cooperação Económica da Ásia Pacífico (APEC) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – importa analisar o contexto e os objectivos da sua constituição, discutindo se o seu aparecimento é uma contribuição ou uma ameaça ao diálogo inter-regional. Neste sentido, sugere-se que se reflecta sobre se a regionalização é ou não incompatível com o movimento de integração global que a mundialização implica.

Finalmente, no que se refere às organizações informais considera-se pertinente reflectir sobre os objectivos e a forma de actuação de Organizações não Governamentais (ONG), como o *Greenpeace*, a Amnistia Internacional, os Médicos sem Fronteiras, a Assistência Médica Internacional (AMI) e a Cruz Vermelha, entre outras.

Sugestões de Avaliação

Num currículo orientado para o desenvolvimento de competências a avaliação deve ser centrada no desempenho em contexto real, ou seja, as situações de aprendizagem são, também, situações de avaliação. É do consenso geral que as competências não se desenvolvem automaticamente. Enquanto indivíduos e pequenos grupos podem desenvolver conhecimentos de forma informal, o desenvolvimento de grande parte das competências deve utilizar metodologias mais formais porque as competências se desenvolvem como um processo activo de aprendizagem individual, através da reflexão entre a prática e a cognição.

Para avaliar competências não servem os instrumentos tradicionais, pois não se colocam apenas questões de conhecimento, é preciso criar tarefas complexas, integrar a avaliação no trabalho quotidiano da aula, observar os alunos em situação de aprendizagem, observar séries de desempenhos comparáveis, de forma a neutralizar efeitos aleatórios e a emitir juízos fundamentados. O grau de desenvolvimento de competências de cada aluno é diferente, de acordo com o seu ponto de partida, com os recursos cognitivos que mobiliza e com as decisões que toma na realização das tarefas. Na realidade, o professor não pode avaliar competências de forma padronizada, comparando desempenhos dos alunos, deverá antes, em cada tarefa, comparar o que o aluno deveria ter feito se fosse competente e o que fez na realidade.

Assim, do ponto de vista didáctico e, em particular, para os alunos na modalidade de frequência presencial, é necessário criar situações de aprendizagem que lhes permitam desenvolver competências diversificadas, nos domínios analítico-conceptual e técnico-metodológico, bem como das atitudes. Neste contexto, é necessário diversificar os instrumentos de avaliação – testes de conhecimento com questões de ensaio e questões objectivas, grelhas de observação, listas de verificação de desempenhos, escalas de atitudes, escalas descritivas para análise de trabalhos (individuais ou de grupo) e grelhas de observação da participação nos debates – de acordo com as diferentes situações e aspectos a avaliar, o que pressupõe que cada situação de aprendizagem e as suas exigências sejam conhecidas antes da avaliação, valorizando, assim, a dimensão formativa do processo de avaliação.

Na modalidade de frequência não presencial, na concepção da prova escrita deve-se ter em atenção a matriz de competências a desenvolver neste módulo.

2.º Módulo

Gestão dos temas /subtemas/conteúdos – 2º Módulo

CURSO CIENTÍFICO- HUMANÍSTICO <ul style="list-style-type: none">• Ciências Sociais e Humanas• Ciências Socioeconómicas	Ensino recorrente 12º ANO	PROGRAMA de GEOGRAFIA C
--	--	--

2º Módulo TEMAS/SUBTEMAS/CONTEÚDOS	N.º DE UNIDADES LECTIVAS*
2. Um Mundo Fragmentado <ul style="list-style-type: none">2.1. Espaço de fluxos e actores mundiais<ul style="list-style-type: none">- tendências migratórias no mundo contemporâneo- circulação de capitais- comércio internacional de bens e serviços- circulação da informação2.2. Espaços motores de fluxos mundiais<ul style="list-style-type: none">- o protagonismo crescente das cidades- o reforço das macro-regiões2.3. A (re)emergência de conflitos regionais<ul style="list-style-type: none">- os fundamentalismos- os nacionalismos- as guerras da água	27 (9 semanas)

Matriz de competências por módulo – 12º Ano

	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo
1	▲	▲	
2	▲	▲	
3	Perdeu relevância no ensino recorrente		
4	▲	▲	
5		▲	
6	Perdeu relevância no ensino recorrente		
7	Perdeu relevância no ensino recorrente		
8	▲	▲	
9	▲	▲	
10	▲	▲	
11	▲	▲	
12	Perdeu relevância no ensino recorrente		
13	▲	▲	
14	▲	▲	
15	▲	▲	
16	▲	▲	
17	▲	▲	
18	▲	▲	
19	▲	▲	
20	▲	▲	
21	▲	▲	
22	▲	▲	
23	▲	▲	
24	▲	▲	
25	▲	▲	
26		▲	

▲ Competências a desenvolver

Especificação dos temas/Subtemas/Conteúdos - 2º Módulo – 12º Ano – Geografia C

<p>2º Módulo</p> <p>2. Um Mundo Fragmentado</p>	<p style="text-align: center;"><u>NÚCLEO CONCEPTUAL</u></p> <p>O mundo contemporâneo é caracterizado por configurações espaciais em que a transição de um espaço contínuo para um espaço em rede condiciona a circulação e em que umas regiões emergem em relação a outras.</p>
<p style="text-align: center;"><u>CONCEITOS</u></p> <p style="text-align: center;"><u>NOÇÕES BÁSICAS</u></p> <p>Ciberespaço Diáspora Difusão espacial Distância absoluta Distância relativa Efeito de barreira Fachada marítima Info-exclusão Investimento Directo Estrangeiro (IDE) Inovação Isócronas Isótimas Mapa distorcido Migração laboral/económica Organização Protecționismo Teletrabalho Zona franca</p>	<p style="text-align: center;"><u>SUBTEMA</u></p> <p>2.1. Espaço de fluxos e actores mundiais</p> <ul style="list-style-type: none"> - tendências migratórias no mundo contemporâneo - circulação de capitais - comércio internacional de bens e de serviços - circulação de informação <p style="text-align: center;"><u>No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância da análise espacial das redes de circulação e dos fluxos à escala mundial; • Compreender factores que explicam a intensificação dos fluxos mundiais; • Explicar os padrões geográficos dos fluxos mundiais; • Relacionar o processo de mundialização com o aumento dos fluxos; • Reflectir sobre as consequências da desigual mobilidade dos fluxos à escala mundial.

2º Módulo

2. Um Mundo Fragmentado

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Com o tratamento do tema 2 – *Um Mundo Fragmentado* – pretende-se que se reflita sobre a importância da análise geográfica na compreensão do funcionamento do espaço mundial, ao nível do espaço rede, do espaço de fluxos e dos territórios, realçando o papel das *ciudades globais* e das *novas regiões* integradas, em que “desaparecem” as fronteiras entre estados.

A lógica de um mundo cada vez mais interdependente, atravessado por deslocamentos de pessoas, de capitais, de bens materiais e imateriais e de informações exige uma cartografia profundamente renovada que possibilite ver o mundo de outro modo e de vários modos simultaneamente. A este propósito, o nascimento dos grandes organismos interestatais, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, possibilitou na maioria dos Estados a existência de dados harmonizáveis e comparáveis no espaço e no tempo. Esta harmonização permitiu o desenvolvimento de uma cartografia quantitativa à escala do mundo.

A análise deste tema deverá ser fundamentalmente prospectiva, partindo de uma observação cartográfica mundial, complementada por uma diversidade de abordagens que integre a articulação de escalas, o uso de diversas projecções, os diferentes centramentos ou enquadramentos, a diversidade de dados que, em cada situação, possibilitem ousar interpretar os fenómenos que constituem a base para compreender a complexidade do mundo contemporâneo. Sugere-se também que, durante a leccionação deste tema, os alunos realizem actividades de pesquisa documental baseada em dados estatísticos, documentação cartográfica, relatórios, textos de imprensa, livros, *Internet* e outras que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e tratamento da informação obtida.

Com o subtema 2.1. – *Espaço de fluxos e actores mundiais* – pretende-se que se analisem as redes de circulação e os fluxos, enfatizando a dimensão geográfica do fenómeno da mundialização/globalização. Propõe-se assim que, para cada um dos aspectos considerados (mobilidade de pessoas, de capitais, de bens e serviços e de informação), se tenha sempre em conta o padrão geográfico estabelecido, a localização espacial das áreas emissoras e das áreas receptoras dos fluxos, a intensidade destes, a evolução e as características das redes de circulação dos mesmos, assim como os actores responsáveis pela sua existência. Neste contexto, é importante realçar que a mundialização se faz acompanhar da multiplicação das redes, ligadas entre si de forma diferenciada e adaptadas aos espaços, já que a alteração do efeito distância conduz a que o obstáculo distância seja ultrapassado de forma desigual.

No desenvolvimento deste subtema, considera-se pertinente que, no que respeita às principais *tendências migratórias do mundo contemporâneo*, se analisem as migrações laborais no quadro da divisão internacional do trabalho, as deslocamentos provocadas por catástrofes naturais, por conflitos ou pela violação sistemática dos direitos humanos e as migrações turísticas. Para qualquer destes casos, devem salientar-se as mais recentes e mais significativas.

É importante, também, debater a qualificação profissional da imigração, as suas condições de vida, em particular dos imigrantes ilegais cuja sujeição a novas formas de clandestinidade origina o desenvolvimento de atitudes de racismo e xenofobia e, nos casos mais graves, situações de provocação e de conflito entre as diferentes comunidades. Assim, é de reflectir na importância que assumem as políticas de imigração e suas consequências para a população dos países receptores e para os imigrantes ao ser assumida uma política de controlo e regulamentação e/ou uma política de integração como a defendida quer pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) quer pela OIM (Organização Internacional para as Migrações). Neste contexto, é importante salientar, a par das organizações formais referidas, o papel desempenhado por diversas ONG e por outras instituições, nomeadamente as religiosas, no apoio dado às comunidades imigrantes mais desprotegidas.

2º Módulo

2. Um Mundo Fragmentado

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Considera-se ainda pertinente equacionar os reflexos de duas situações: a “fuga de cérebros” (salientando que a saída destes migrantes qualificados não se limita aos países pobres) e a sujeição dos imigrantes ilegais às *máfias*, a qual tem feito emergir novas formas de escravatura e de redes organizadas de prostituição.

Finalmente, é de realçar a importância que as redes de comunicação transnacionais assumem no aumento do número de migrantes não só ao facilitarem o contacto entre o migrante e a família, mas também ao disponibilizarem informação, nomeadamente na *Internet*.

No que se refere aos movimentos de refugiados, sugere-se que se analisem migrações devidas a motivos diferentes, recorrendo a exemplos em que a área geográfica percorrida seja desigual, salientando que muitas vezes, a fuga é realizada para países próximos, também eles, países pobres. Neste contexto, é também de evidenciar o importante papel de apoio protagonizado pelas ONG.

Quanto às migrações turísticas, propõe-se que se debata a dimensão geográfica e a económica que estas têm assumido nas últimas décadas, quer em diversidade de destinos, quer em amplitude, evidenciando a importância da modernização dos transportes na diversificação e na intensificação dos fluxos turísticos.

No desenvolvimento deste subtema importa, ainda, debater os impactos económico e ambiental do turismo. No respeitante aos aspectos económicos, sugere-se que se reflecta sobre a criação de infra-estruturas de suporte e de apoio à actividade, a oferta de emprego e a qualificação profissional da mão-de-obra, a pressão exercida sobre o poder de compra e a qualidade de vida da população da área receptora. No referente aos aspectos ambientais, é importante reflectir sobre os conflitos/riscos que podem surgir, sobretudo em áreas onde o turismo é muito concentrado espacial e sazonalmente. Neste contexto, sugere-se que se equacionem formas de turismo que se enquadrem nos princípios subjacentes a um turismo sustentável, estabelecidos em várias Cimeiras/Conferências internacionais.

Finalmente, é importante que se equacionem os problemas associados à deslocação, cada vez mais rápida, de um número crescente de indivíduos, nomeadamente na difusão de doenças e no risco de acidentes, ou mesmo de atentados.

No que se refere à *circulação de capitais*, sugere-se que se diferencie o peso relativo dos fluxos monetários e financeiros ligados ao comércio de bens e de serviços, dos investimentos directos estrangeiros (IDE), dos investimentos de carteira e de outros tipos de transacções financeiras, identificando os países entre os quais se efectuaram os principais movimentos de capitais, nas últimas décadas. Nesta temática, considera-se importante relacionar a localização das principais praças financeiras/bolsas mundiais e a intensidade e a rapidez dos fluxos financeiros com a dimensão do capitalismo especulativo no mundo contemporâneo, salientando a desigualdade de participação entre o Norte e o Sul. Propõe-se, também, que se localizem os principais paraísos fiscais e as principais zonas francas mundiais, relacionando a sua existência e proliferação com os sistemas de excepção de que beneficiam.

Importa, ainda, que se reflecta sobre a evolução da penetração de capital estrangeiro nos países em desenvolvimento, diferenciando a década de 70, da de 80 e da de 90. Nessa reflexão, é importante distinguir o papel das firmas multinacionais do papel desempenhado pelos Estados através do financiamento externo. Finalmente, recorrendo ao exemplo da Ásia do Sudeste, é de debater a volatilidade dos mercados financeiros mundialmente integrados, salientando a sua desigual repercussão em países de diferente nível de desenvolvimento.

2º Módulo

2. Um Mundo Fragmentado

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

O desenvolvimento do conteúdo *a circulação internacional de bens e de serviços* deve centrar-se na análise da evolução do comércio mundial, salientando a separação geográfica entre produtores e consumidores e relacionando a existência de um comércio multipolar de dimensão e de amplitude crescentes, com a modernização, a diversificação e a integração dos transportes e das comunicações, a liberalização das trocas a nível mundial, e a crescente importância das multinacionais.

Neste contexto, sugere-se que se analisem os fluxos dos bens e dos serviços considerados mais significativos, devendo o comércio de mercadorias diferenciar-se em quatro grandes grupos – produções agrícolas, matérias-primas para a indústria, produtos energéticos e produtos manufacturados. A identificação do padrão geográfico dos produtos considerados implica que se reflecta, por um lado sobre os modos de transporte escolhidos, em função das distâncias a percorrer e das características dos bens a deslocar, e, por outro lado, sobre o desigual valor económico dos produtos ou dos serviços transportados. No caso dos fluxos de serviços, pretende-se que se equacione a importância das telecomunicações no aumento crescente, em valor e em diversidade, de serviços disponibilizados a nível mundial.

Propõe-se, também, que se debata a alteração da estrutura das trocas e a consequente degradação dos termos de troca, quer nas mercadorias, quer no tipo de serviços prestados, salientando a crescente dependência económica e política dos países menos desenvolvidos face aos países mais desenvolvidos.

Considera-se pertinente equacionar o papel do GATT/OMC no aumento do comércio internacional, analisando o conjunto de princípios orientadores que permitem, nomeadamente, a redução progressiva de barreiras alfandegárias e a eliminação de restrições à importação, salientando, no entanto, que paralelamente subsistem, em alguns países, tendências proteccionistas através da criação de barreiras não tarifárias. Finalmente, sugere-se que se saliente o papel das multinacionais no comércio internacional, evidenciando as vantagens comparativas que explicam a segmentação da produção das multinacionais.

No que respeita à *circulação de informação*, pretende-se que se analise o papel que a informação assume como matéria-prima da competitividade, salientando que as tecnologias da informação e da comunicação, desde as mais tradicionais às mais inovadoras, facilitam a difusão do conhecimento e originam o aparecimento de novas oportunidades e de novos participantes.

No desenvolvimento deste assunto, sugere-se que se reflecta sobre as consequências da fusão da informática com as telecomunicações na redução das limitações impostas pelos custo, tempo e distância, realçando, no entanto, que a eliminação das barreiras geográficas não impediu o acentuar de situações de info-exclusão resultantes de barreiras invisíveis relacionadas com o nível cultural. É, também, de equacionar a importância das comunicações mundiais em situações tão diversificadas como o teletrabalho, o ensino à distância, a troca de informações entre cientistas, o acesso de governantes ou de decisores privados a um *forum* onde se debate determinada problemática ou o acesso à inovação por parte de pequenas empresas sem, contudo, esquecer que não se deve correr o risco de os projectos de elevado perfil tecnológico ofuscarem as necessidades básicas da população, que não se implementam via *Internet*.

Finalmente, propõe-se que se faça uma análise prospectiva sobre os efeitos económicos, sociais e psicológicos resultantes do facto das novas tecnologias de informação e de comunicação estarem a ser constantemente transformadas por inovações tecnológicas.

<p>2º Módulo</p> <p>2. Um Mundo Fragmentado</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>O mundo contemporâneo é caracterizado por configurações espaciais em que a transição de um espaço contínuo para um espaço em rede condiciona a circulação e em que umas regiões emergem em relação a outras.</p>
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Arquipélago de lugares Cidades globais Conurbação Espaço contínuo Espaço rede <i>Hinterland</i> Macro-região Megalópolis Região metropolitana</p>	<p style="text-align: center;">SUBTEMA</p> <p>2.2. Espaços motores de fluxos mundiais</p> <ul style="list-style-type: none"> - o protagonismo crescente das cidades - o reforço das macro-regiões <p style="text-align: center;">No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância das cidades na organização das redes de fluxos; • Compreender as relações entre as cidades e as áreas envolventes; • Reconhecer a emergência de novos territórios à escala mundial, nomeadamente as macro-regiões.

2º Módulo

2. Um Mundo Fragmentado

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Com o subtema 2.2. – *Espaços motores de fluxos mundiais* – pretende-se que se faça uma abordagem que permita reflectir sobre o facto de a organização espacial contínua e bem delimitada dos Estados-Nação se contrapor, hoje, uma organização espacial emergente, policêntrica e reticular, estruturada em torno de cidades (*arquipélago de lugares*), que, por terem uma capacidade de decisão diferenciada, favorecem o aparecimento de macro-regiões em detrimento de outras.

No desenvolvimento deste subtema, propõe-se que se debata o protagonismo que o aumento exponencial da população urbana mundial e a crescente importância que as cidades, sobretudo as designadas *cidades globais*, têm vindo a revelar no desenvolvimento económico e na inovação tecnológica e cultural. Assim, sugere-se que se compare o número e a dimensão das aglomerações urbanas ao longo do século XX e nas próximas décadas, salientando que entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, o momento, o ritmo e as causas do crescimento urbano são muito diferenciados.

Considera-se também importante reflectir sobre o facto de a urbanização ser um processo complexo que ultrapassa a dimensão demográfica das cidades e envolve mudanças não só quantitativas como qualitativas. Neste contexto, é não só importante conhecer a interdependência entre a área urbana, o seu *hinterland* e a região envolvente como também a forma como organiza, por um lado, o uso funcional do espaço urbano e, por outro lado, como gere os diferentes grupos económicos, sociais, demográficos e étnicos que nela habitam.

Neste sentido, propõe-se que se equacione o papel desempenhado pelas áreas urbanas na organização económica e social, tendo em atenção os seguintes aspectos: (a) a função mobilizadora, a diversidade de infra-estruturas e de população, permitindo um ambiente eficiente para a organização do trabalho, do capital, das matérias-primas e para a distribuição dos produtos finais; (b) a capacidade decisora a nível do poder económico e político e das instituições públicas e privadas; (c) a capacidade de gerar inovação, conhecimento e informação fundamentada numa forte interacção e competição resultantes da existência de uma população de características muito diversificadas; (d) a capacidade de transformação ao facilitar a existência de vários estilos de vida e de comportamentos. Por último, são de debater os principais problemas e conflitos resultantes da elevada concentração espacial da população, salientando que as consequências ambientais, sociais e na saúde se diferenciam de acordo com o nível de desenvolvimento dos países.

No desenvolvimento deste subtema, pretende-se, também, que se compreenda que as macro-regiões são espaços emergentes, geograficamente localizados, de grande densidade populacional e de grande concentração de recursos tecnológicos que se tornam os grandes centros de poder e de decisão mundial enquanto que nos restantes espaços, bem mais vastos, se agrava a marginalização. Esta abordagem pressupõe que se identifiquem e caracterizem as macro-regiões.

A propósito desta temática sugere-se ainda, que se reflecta sobre o facto de a concentração acelerada da produção e do consumo e a polarização de cada vez maior número de actividades de ponta nas grandes cidades originarem, sobretudo, nos países industrializados, relações horizontais, frequentemente transnacionais, entre pólos urbanos, estabelecendo, deste modo um sistema de rede entre cidades de países diferentes. É, também, de salientar que a interacção entre centros urbanos é a muitos níveis muito mais forte entre cidades do Sul e cidades do Norte do que com a maioria dos lugares das regiões mais próximas. Neste contexto, propõe-se também que se equacione a importância da afirmação das empresas transnacionais no reforço do papel das cidades e como esta estratégia de concentração pressupõe uma integração global apoiada em redes geográficas de tipos diferentes.

2º Módulo

2. Um Mundo Fragmentado

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Finalmente, é fundamental que se analise a coexistência de diferentes modos de organização espacial – os Estados-Nação, em perda crescente de importância, a rede mundial de grandes cidades e a emergência/reforço de novas macro-regiões, resultantes de ligações entre grandes cidades geograficamente próximas (a “tradicional” *banana* europeia, São Paulo-Buenos Aires, Vancouver-Seattle ou Caracas-Bogotá-Lima), de modo a compreender que o espaço mundial é um espaço fragmentado em que se valorizam as grandes metrópoles ligadas em rede e se secundarizam as cidades de menor dimensão, marginalizando os restantes espaços.

<p>2º Módulo</p> <p>2. Um Mundo Fragmentado</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>A mudança global verificada nas condições geostratégicas do Mundo tem vindo a desenhar inúmeros factores de preocupação ao nível da segurança mundial que contribuem para a fragmentação do Mundo.</p>
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Fundamentalismo Nacionalismo Terrorismo</p>	<p style="text-align: center;">SUBTEMA</p> <p style="text-align: center;">2.3. A (re)emergência de conflitos regionais</p> <p style="text-align: center;">- os nacionalismos - os fundamentalismos - as guerras da água</p> <hr/> <p>No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância crescente que assume a segurança mundial, na actualidade; • Debater situações concretas que podem afectar a segurança mundial; • Compreender quais os factores potenciadores de tensões e conflitos regionais.

2º Módulo

2. Um Mundo Fragmentado

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Com o subtema 2.3. – *A (re)emergência de conflitos regionais* – pretende-se que se evidencie que, a par das transformações profundas verificadas nas condições geoestratégicas mundiais, nos finais do século XX, se têm vindo a desenhar inúmeros factores de preocupação ao nível da segurança mundial. O tratamento deste subtema deve permitir a articulação entre as aprendizagens anteriormente realizadas e as aprendizagens a realizar no desenvolvimento do tema 3 do programa.

No desenvolvimento deste subtema, considera-se importante que se debatam situações reveladoras dos factores potencialmente geradores de tensões e de conflitos regionais, abordando esta temática através do recurso a exemplos concretos e do desenvolvimento de técnicas de trabalho que potenciem uma análise dinâmica das realidades envolvidas. Assim, sugere-se que se reflecta sobre os seguintes factores susceptíveis de pôr em risco a segurança mundial:

- o ressurgimento dos nacionalismos;
- o risco da proliferação de armas de destruição maciça;
- a incerteza quanto à estabilidade estratégica na região da Ásia-Pacífico;
- as tensões e conflitos no mundo islâmico;
- a produção de estupefacientes e o narcotráfico;
- a mundialização do terrorismo;
- os problemas na gestão dos recursos comuns.

Sugestões de Avaliação

Num currículo orientado para o desenvolvimento de competências a avaliação deve ser centrada no desempenho em contexto real, ou seja as situações de aprendizagem são, também, situações de avaliação. É do consenso geral que as competências não se desenvolvem automaticamente. Enquanto indivíduos e pequenos grupos podem desenvolver conhecimentos de forma informal, o desenvolvimento de grande parte das competências deve utilizar metodologias mais formais porque as competências se desenvolvem como um processo activo de aprendizagem individual, através da reflexão entre a prática e a cognição.

Para avaliar competências não servem os instrumentos tradicionais, pois não se colocam apenas questões de conhecimento, é preciso criar tarefas complexas, integrar a avaliação no trabalho quotidiano da aula, observar os alunos em situação de aprendizagem, observar séries de desempenhos comparáveis, de forma a neutralizar efeitos aleatórios e a emitir juízos fundamentados. O grau de desenvolvimento de competências de cada aluno é diferente, de acordo com o seu ponto de partida, com os recursos cognitivos que mobiliza e com as decisões que toma na realização das tarefas. Na realidade, o professor não pode avaliar competências de forma padronizada, comparando desempenhos dos alunos, deverá antes, em cada tarefa, comparar o que o aluno deveria ter feito se fosse competente e o que fez na realidade.

Assim, do ponto de vista didáctico e, em particular, para os alunos na modalidade de frequência presencial, é necessário criar situações de aprendizagem que lhes permitam desenvolver competências diversificadas, nos domínios analítico-conceitual e técnico-metodológico bem como das atitudes. Neste contexto, é necessário diversificar os instrumentos de avaliação – testes de conhecimento com questões de ensaio e questões objectivas, grelhas de observação, listas de verificação de desempenhos, escalas de atitudes, escalas descritivas para análise de trabalhos (individuais ou de grupo) e grelhas de observação da participação nos debates – de acordo com as diferentes situações e aspectos a avaliar, o que pressupõe que cada situação de aprendizagem e as suas exigências sejam conhecidas antes da avaliação, valorizando, assim, a dimensão formativa do processo de avaliação.

Na modalidade de frequência não presencial, na concepção da prova escrita deve-se ter em atenção a matriz de competências a desenvolver neste módulo.

3º Módulo

Gestão dos temas /subtemas/conteúdos – 3º Módulo

<p style="text-align: center;">CURSO CIENTÍFICO- HUMANÍSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais e Humanas • Ciências Socioeconómicas 	<p>Ensino recorrente</p> <p>12º ANO</p>	<p>PROGRAMA</p> <p>de</p> <p>GEOGRAFIA C</p>
--	---	--

<p>3º Módulo</p> <p>TEMAS/SUBTEMAS/CONTEÚDOS</p>	<p>N.º DE UNIDADES LECTIVAS*</p>
--	---

<p>3. Um Mundo de Contrastes</p> <p>3.1. Um Mundo superpovoado?</p> <ul style="list-style-type: none"> - estabilização da população no Norte - crescimento acelerado da população no Sul - população e recursos globais <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p> <p>3.2. Um acesso desigual ao Desenvolvimento?</p> <ul style="list-style-type: none"> - emprego e exclusão social - fome e má nutrição - pobreza e saúde <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p> <p>3.3. Problemas ambientais, impactos humanos diferentes?</p> <ul style="list-style-type: none"> - questões ambientais globais e internacionais - ambiente urbano <p style="text-align: right;">Estudo de Caso</p>	<p>36</p> <p>(12 semanas)</p>
--	---

Matriz de competências por módulo – 12º Ano

	1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo
1	▲	▲	▲
2	▲	▲	▲
3	Perdeu relevância no ensino recorrente		
4	▲	▲	▲
5		▲	▲
6	Perdeu relevância no ensino recorrente		
7	Perdeu relevância no ensino recorrente		
8	▲	▲	▲
9	▲	▲	▲
10	▲	▲	▲
11	▲	▲	▲
12	Perdeu relevância no ensino recorrente		
13	▲	▲	▲
14	▲	▲	▲
15	▲	▲	▲
16	▲	▲	▲
17	▲	▲	▲
18	▲	▲	▲
19	▲	▲	▲
20	▲	▲	▲
21	▲	▲	▲
22	▲	▲	▲
23	▲	▲	▲
24	▲	▲	▲
25	▲	▲	▲
26		▲	▲

▲ Competências a desenvolver

Especificação dos temas/Subtemas/Conteúdos -3º Módulo – 12º Ano – Geografia C

3º Módulo 3. Um Mundo de Contrastes	NÚCLEO CONCEPTUAL Num mundo cada vez mais interdependente têm-se registado progressos no desenvolvimento das sociedades mais pobres, mas os contrastes entre as sociedades ricas e as sociedades que lutam pela sobrevivência têm vindo a acentuar-se.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Capacidade de carga da Terra Explosão demográfica Políticas demográficas Revolução demográfica Transição demográfica	SUBTEMA 3.1. Um mundo superpovoado ? - estabilização da população no Norte - crescimento acelerado da população no Sul - população e recursos globais
	No final destes subtemas o aluno deve ser capaz de: <ul style="list-style-type: none">• Explicar os contrastes demográficos existentes ao nível mundial;• Compreender que a capacidade de carga da Terra impõe limites ao crescimento da população mundial;• Debater questões económicas, sociais e éticas decorrentes da aplicação das políticas demográficas;• Compreender as consequências das recentes tendências de desaceleração do crescimento demográfico;• Debater medidas que contribuam para o uso adequado dos recursos globais essenciais.

3º Módulo

3. Um Mundo de Contrastes

SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS

Com o tema 3 – *Um Mundo de Contrastes* – pretende-se que se faça uma abordagem que através da análise das assimetrias de desenvolvimento do mundo actual, evidencie a existência de um mundo de conforto e um mundo que luta pela sobrevivência cujos espaços se interpenetram cada vez mais. Pretende-se que a abordagem deste tema seja fundamentalmente prospectiva, devendo partir de uma observação cartográfica mundial, complementada por uma diversidade de análises que integrem a articulação de escalas e o manuseamento de uma diversidade de dados que, em cada situação, possibilitem ousar interpretar os fenómenos que constituem a base para compreender os contrastes espaciais, económicos e sociais do mundo contemporâneo. Sugere-se também que, durante a leccionação deste tema, os alunos realizem actividades de pesquisa documental baseada em dados estatísticos, documentação cartográfica, relatórios, textos de imprensa, livros, *Internet* e outras que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e tratamento da informação obtida.

Com o subtema 3.1.– *Um mundo superpovoado?* – pretende-se que se relacione o crescimento da população mundial com a capacidade de carga da Terra, salientando que a desigual repartição geográfica de comportamentos demográficos diferenciados exige a tomada de atitudes adequadas que visem atenuar os desequilíbrios existentes. Propõe-se que a abordagem deste subtema se fundamente na análise de mapas mundiais que possibilitem a identificação dos contrastes de comportamentos demográficos entre regiões/países e que estes sejam utilizados como ponto de partida para uma reflexão e debate sobre a dinâmica da população e os limites do planeta.

O desenvolvimento deste subtema pressupõe que se discutam, por um lado, as condições que explicam a existência, no momento actual, de um crescimento populacional exponencial e, por outro lado, as implicações das recentes tendências de desaceleração do crescimento demográfico. Assim, sugere-se que se reflecta sobre o comportamento demográfico dos países desenvolvidos e dos países menos desenvolvidos, analisando as causas bem como as implicações demográficas e económicas do progressivo envelhecimento da população no Norte e de um ritmo de crescimento acelerado no Sul.

Relativamente aos países do Sul, é de evidenciar a heterogeneidade de comportamentos demográficos, sendo por isso fundamental diferenciar as situações de forte crescimento demográfico daquelas onde o ritmo de crescimento é menos elevado, sobretudo a de países onde têm sido postas em prática políticas antinatalistas. A propósito deste assunto, é importante debater as questões sociais e éticas associadas à implementação de determinadas medidas antinatalistas. As diferenças no comportamento demográfico entre países, devem ser complementadas com a análise do problema a outras escalas, nomeadamente regiões do mesmo país e espaços de uma mesma aglomeração urbana.

Considera-se ainda pertinente reflectir sobre as novas tendências de desaceleração do crescimento, nomeadamente em alguns países em que a SIDA, ou outras doenças endémicas, atingem uma percentagem muito elevada da população.

Finalmente, pretende-se que se relacionem as dinâmicas da população mundial com a capacidade de carga da Terra, salientando que o futuro do planeta depende não só do número de habitantes mas também do uso que estes derem aos recursos globais nas próximas décadas. Assim, sugere-se a análise de indicadores que disponibilizem, quer a quantidade de diferentes recursos globais essenciais, quer a previsão de necessidades desses recursos face à população que os utiliza, de forma a suscitar a reflexão e o debate sobre o uso adequado dos recursos globais essenciais.

No final deste subtema, deverão ser realizados estudos de caso relevantes para a temática abordada. Deste modo, sugere-se o estudo de um país da União Europeia e de um país em vias de desenvolvimento, preferencialmente um PALOP.

<p>3º Módulo</p> <p>3. Um Mundo de Contrastes</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>Num mundo cada vez mais interdependente têm-se registado progressos no desenvolvimento das sociedades mais pobres, mas os contrastes entre as sociedades ricas e as sociedades que lutam pela sobrevivência têm vindo a acentuar-se.</p>
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Alimentos transgênicos Bolsa de pobreza Exclusão Social Fome Índice de Pobreza Humana (IPH) Limiar de pobreza Má nutrição Organismos geneticamente modificados (OGM) Organização Mundial de Saúde (OMS) Pobreza Humana Qualidade de Vida Subnutrição</p>	<p style="text-align: center;">SUBTEMA</p> <p style="text-align: center;">3.2. Um acesso desigual ao Desenvolvimento?</p> <ul style="list-style-type: none"> - emprego e exclusão social - fome e má nutrição - pobreza e saúde
	<p style="text-align: center;">No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a existência, a qualquer escala de análise, de um crescente fosso entre ricos e pobres; • Compreender a evolução do conceito de pobreza; • Relacionar a exclusão social com a situação perante o emprego; • Explicar as situações de má nutrição da população mundial; • Relacionar as situações de risco de saúde pública com a pobreza; • Debater medidas que contribuam para diminuir o fosso entre ricos e pobres; • Reflectir sobre o papel da comunidade internacional no atenuar da pobreza.

<p>3º Módulo</p> <p>3. Um Mundo de Contrastes</p>	<p style="text-align: center;">SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS</p>
<p>Com o subtema 3.2. – <i>Um acesso desigual ao Desenvolvimento?</i>– pretende-se que se faça uma abordagem que permita aos alunos compreenderem que, a par do aumento da produção de riqueza no planeta, se tem acentuado o fosso crescente entre ricos e pobres, seja qual for a escala de análise utilizada, o que pressupõe, portanto, que se debata a situação das populações perante as oportunidades de satisfazer as suas necessidades e, consequentemente, obterem ou não qualidade de vida, discutindo a evolução do conceito de pobreza. Esta abordagem deve fundamentar-se na análise de indicadores diversificados, simples e compostos, particularmente o IPH 1 e o IPH 2, que possibilitem a identificação das desigualdades na repartição do desenvolvimento, quer entre espaços de dimensão geográfica diferente, quer no mesmo espaço geográfico entre vários estratos sociais.</p> <p>No desenvolvimento deste subtema, é importante que se discuta a crescente fractura económica e social que existe entre países do Norte e países do Sul, salientando o acentuar das desigualdades dentro de cada um dos grupos de países; por um lado, nos países do Sul e apesar dos pobres serem cada vez em maior número, existe uma pequena percentagem da população que detém a maior parte do rendimento; por outro lado, nos países ricos há uma tendência para o aumento de bolsas de pobreza, o que se traduz na existência, a nível mundial, de camadas cada vez mais amplas e diversificadas de populações exploradas ou marginalizadas, particularmente as mulheres, as crianças e idosos e as minorias. Os contrastes identificados deverão ser utilizados como ponto de partida para uma reflexão e debate sobre um conjunto de medidas que contribuam para os atenuar.</p> <p>Considera-se, ainda, pertinente relacionar o aumento do número de pobres com a existência de emprego, quer em número quer em qualificação, salientando que a exigência de competências cada vez mais diversificadas origina um crescente número de excluídos do mercado de trabalho. Deste modo, é de relacionar o desemprego com a ocorrência de situações de exclusão social, discutindo possíveis atitudes e/ou medidas que permitam atenuar os efeitos negativos das consequências económicas, sociais e individuais daí resultantes.</p> <p>Sugere-se também que se reflecta sobre o facto de grande parte da população mundial não se alimentar correctamente, salientando que a má nutrição resulta muito mais da inexistência de poder de compra das populações do que de situações, normalmente muito mediatizadas, de catástrofes alimentares, resultantes de conflitos ou de riscos naturais. Neste contexto, é de discutir a desigual produção dos alimentos a nível mundial, salientando que em oposição a um elevado número de indivíduos que morrem de fome ou vivem subnutridos existe uma minoria, nos países ricos, que sofre de sobrenutrição, por se alimentar em excesso. É também de debater a questão da segurança dos alimentos, discutindo os riscos para a saúde, nomeadamente o aumento de produção de determinados alimentos, de origem animal ou vegetal, sobretudo, dos resultantes de manipulação genética, salientando o papel da Organização Mundial de Saúde (OMS) no controle da utilização dos organismos geneticamente modificados e o dos movimentos de consumidores, nomeadamente das organizações de Defesa do Consumidor, na promoção de informação sobre os produtos a consumir.</p>	

<p>3º Módulo</p> <p>3. Um Mundo de Contrastes</p>	<p style="text-align: center;">SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS</p>
<p>Finalmente, propõe-se que se discuta a relação que se estabelece, particularmente nos países em vias de desenvolvimento, entre pobreza e saúde, evidenciando que a existência de situações de pobreza facilita a propagação de doenças, e que as deficientes condições médico-sanitárias e o elevado preço dos medicamentos disponíveis, aliados ao baixo nível educacional destas populações provocam, frequentemente, situações graves de saúde pública. Deste modo, é de reflectir sobre o papel da comunidade internacional na contribuição para o atenuar dos problemas referidos, quer em intervenções directas, como o envio de medicamentos e de auxílio médico, quer, sobretudo, em intervenções a longo prazo, como promovendo o aumento da escolaridade ou a criação de postos de trabalho.</p> <p>No final deste subtema, deverão ser realizados estudos de caso relevantes para a temática abordada. Deste modo, sugere-se o estudo dos EUA, da Índia e de um país em vias de desenvolvimento, preferencialmente um PALOP.</p>	

<p>3º Módulo</p> <p>3. Um Mundo de Contrastes</p>	<p style="text-align: center;">NÚCLEO CONCEPTUAL</p> <p>Num mundo cada vez mais interdependente têm-se registado progressos no desenvolvimento das sociedades mais pobres, mas os contrastes entre as sociedades ricas e as sociedades que lutam pela sobrevivência têm vindo a acentuar-se.</p>
<p style="text-align: center;">CONCEITOS</p> <p style="text-align: center;">NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>Bens comuns Biodiversidade Biossegurança Depleção do ozono estratosférico Desenvolvimento sustentável Efeito de estufa Monitorização Poluição Tecnologias limpas</p>	<p style="text-align: center;">SUBTEMA</p> <p style="text-align: center;">3.3. Problemas ambientais, impactos humanos diferentes?</p> <p style="text-align: center;">- questões ambientais globais e internacionais - ambiente urbano</p>
	<p style="text-align: center;">No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender a dimensão global de alguns problemas ambientais; • Compreender a necessidade da cooperação internacional para a resolução dos problemas globais; • Debater as medidas propostas em conferências internacionais para a resolução dos problemas ambientais globais; • Debater o grau de aplicação das medidas acordadas; • Relacionar os diferentes impactos provocados pela degradação ambiental com o grau de desenvolvimento dos países; • Debater a capacidade de sustentabilidade das grandes aglomerações urbanas.

<p>3º Módulo</p> <p>3. Um Mundo de Contrastes</p>	<p style="text-align: center;">SUGESTÕES METODOLÓGICAS/RECURSOS</p>
<p>Com o subtema 3.3. – <i>Problemas ambientais, impactos humanos diferentes?</i> – pretende-se que se faça uma abordagem centrada sobre as seguintes ideias: ao longo do século XX, a dimensão dos problemas ambientais passou da escala regional para a escala global; a degradação ambiental dos ecossistemas partilhados e das áreas do planeta fora da jurisdição nacional exige a concertação de acções por parte da comunidade internacional, no sentido de resolver os problemas ambientais; o conceito de segurança mundial deve incorporar também o conceito de segurança ambiental. Esta abordagem implica que se reflecta sobre as causas da degradação ambiental bem como sobre o facto de as responsabilidades e o impacto dessa degradação serem diferentes, consoante o grau de desenvolvimento dos países, nomeadamente nas grandes concentrações urbanas.</p> <p>No desenvolvimento deste subtema, propõe-se que se debata de que forma o modelo de crescimento económico assente na exploração dos recursos naturais contribuiu, embora com responsabilidades diferenciadas por parte de Países Desenvolvidos e Países em Vias de Desenvolvimento, para a degradação ambiental que afecta todas as regiões do planeta, equacionando as condicionantes específicas à qualidade ambiental nos P.D. e nos P.V.D.. Nesse sentido, é importante reflectir sobre a necessidade de repensar o modelo de crescimento económico, salientando que é indispensável uma transformação das tecnologias e dos recursos económicos para que as reformas necessárias a um desenvolvimento sustentável sejam implementadas e que, nessa tarefa, é vital a participação de P.D. e P.V.D., embora com custos diferenciados</p> <p>Sugere-se, também, que se saliente que as acções de protecção do ambiente tomadas à escala local/nacional, tal como as acções a curto prazo ligadas a acções a longo prazo, aumentam a viabilidade das reformas necessárias a um desenvolvimento sustentável, mas que os recursos ambientais globais não são exclusivos de cada país e nesse sentido, problemas como o aquecimento global, a depleção da camada de ozono estratosférico e a perda da biodiversidade ou a protecção dos “bens comuns” não podem ser tratados à escala nacional, exigindo a participação da comunidade internacional na resolução desses problemas. Neste contexto, considera-se pertinente que se discutam as medidas propostas nas diferentes Conferências Mundiais sobre o ambiente realizadas pela ONU, debatendo as sucessos e insucessos das acções realizadas.</p> <p>Considera-se, ainda, importante salientar que a segurança mundial, hoje, passa também pela biossegurança, já que a mundialização da degradação ambiental torna cada vez mais clara a necessidade de criar mecanismos para a gestão dos riscos difundidos pelo modelo de crescimento económico adoptado, cujos efeitos são, ainda hoje, desconhecidos, em grande parte. Assim, a criação de legislação relativa ao ambiente e a monitorização são meios que procuram assegurar ao cidadão alguma segurança na saúde e no ambiente.</p> <p>Propõe-se, ainda, que, tendo em conta que a maior parte da população mundial está concentrada em áreas urbanas, se debata a capacidade de sustentabilidade das grandes aglomerações urbanas, já que estas usam grandes quantidades de recursos e produzem enormes quantidades de desperdícios que afectam o ambiente local. É, assim, importante que se analisem os efeitos provocados pela poluição da água, do ar e do solo, na saúde e no bem-estar da população urbana, nomeadamente os que se relacionam com: a qualidade do ar e da água; a localização das lixeiras e o tratamento que é dado aos desperdícios urbanos; o aumento do número de edifícios “doentes” ou a redução dos espaços verdes. Neste contexto, é de debater medidas que permitam minorar os problemas ambientais eminentemente urbanos.</p> <p>Finalmente, é de salientar que a degradação ambiental atinge sempre, quer em espaço rural, quer em espaço urbano, as camadas mais pobres da população e que, por isso, as situações mais preocupantes, em termos da quantidade de indivíduos que afectam, se registam na áreas urbanas dos países menos desenvolvidos.</p> <p>No final deste subtema, deverá ser realizado um estudo de caso relevante para a temática abordada. Deste modo, sugere-se o estudo do Japão, do Brasil e de um país em vias de desenvolvimento, preferencialmente um PALOP.</p>	

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é uma oportunidade efectiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia, evitando abstrações e generalizações abusivas que muitas vezes ocorrem quando o estudo geográfico incide sobre temáticas muito diferenciadas, incidentes em áreas mais ou menos vastas.

Os estudos de caso sugeridos no tema 3 do programa são estudos de síntese que permitem a aplicação dos conhecimentos adquiridos e das competências desenvolvidas ao longo da aprendizagem. Sugere-se a utilização da metodologia do trabalho de projecto, incluindo a pesquisa bibliográfica e a recolha e o tratamento de informação obtida a partir de fontes diversificadas.

Com esta metodologia pretende-se que os alunos desenvolvam as seguintes competências:

- Interpretar, analisar e problematizar casos concretos que evidenciem as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos;
- Compreender alguns dos problemas do mundo contemporâneo, através da análise de situações concretas;
- Compreender a interacção dos processos globais com as suas manifestações locais;
- Analisar criticamente problemas que afectam as regiões em estudo, reflectindo sobre soluções possíveis para os problemas detectados;
- Utilizar técnicas e instrumentos adequados de recolha de informação;
- Seleccionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos, rentabilizando o uso de técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

Sugestões de Avaliação

Num currículo orientado para o desenvolvimento de competências a avaliação deve ser centrada no desempenho em contexto real, ou seja as situações de aprendizagem são, também, situações de avaliação. É do consenso geral que as competências não se desenvolvem automaticamente. Enquanto indivíduos e pequenos grupos podem desenvolver conhecimentos de forma informal, o desenvolvimento de grande parte das competências deve utilizar metodologias mais formais porque as competências se desenvolvem como um processo activo de aprendizagem individual, através da reflexão entre a prática e a cognição.

Para avaliar competências não servem os instrumentos tradicionais, pois não se colocam apenas questões de conhecimento, é preciso criar tarefas complexas, integrar a avaliação no trabalho quotidiano da aula, observar os alunos em situação de aprendizagem, observar séries de desempenhos comparáveis, de forma a neutralizar efeitos aleatórios e a emitir juízos fundamentados. O grau de desenvolvimento de competências de cada aluno é diferente, de acordo com o seu ponto de partida, com os recursos cognitivos que mobiliza e com as decisões que toma na realização das tarefas. Na realidade, o professor não pode avaliar competências de forma padronizada, comparando desempenhos dos alunos, deverá antes, em cada tarefa, comparar o que o aluno deveria ter feito se fosse competente e o que fez na realidade.

Assim, do ponto de vista didáctico e, em particular, para os alunos na modalidade de frequência presencial, é necessário criar situações de aprendizagem que lhes permitam desenvolver competências diversificadas, nos domínios analítico-conceptual e técnico-metodológico bem como das atitudes. Neste contexto, é necessário diversificar os instrumentos de avaliação – testes de conhecimento com questões de ensaio e questões objectivas, grelhas de observação, listas de verificação de desempenhos, escalas de atitudes, escalas descritivas para análise de trabalhos (individuais ou de grupo) e grelhas de observação da participação nos debates – de acordo com as diferentes situações e aspectos a avaliar, o que pressupõe que cada situação de aprendizagem e as suas exigências sejam conhecidas antes da avaliação, valorizando, assim, a dimensão formativa do processo de avaliação.

Na modalidade de frequência não presencial, na concepção da prova escrita deve-se ter em atenção a matriz de competências a desenvolver neste módulo.

PARTE IV

Bibliografia

1. Bibliografia comentada

1.1. Bibliografia de carácter pedagógico

García, A. (1995). *Didáctica e Innovación Curricular*. Sevilha: Ed. Univ. Sevilha.

Esta obra é uma referência actualizada e rigorosa sobre o *design*, o desenvolvimento, a inovação e a avaliação curricular. Na primeira parte da obra, para além dos conceitos fundamentais, pode encontrar-se uma boa fundamentação teórica e modelos de análise quanto ao *design*, ao desenvolvimento e à avaliação curricular. A segunda parte apresenta informação sobre as diversas perspectivas, modelos e processos de inovação na sala de aula. Trata-se de uma obra de carácter geral, mas nem por isso menos importante, uma vez que aborda os grandes temas de didáctica e de currículo e as diferentes perspectivas de análise.

Henriques, M. *et al.* (1999). *Educação para a cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.

Esta obra visa o ensino da cidadania, com independência, levando a conhecer factores sociais, conceitos teóricos e antecedentes históricos, ao mesmo tempo que abre pistas de pesquisa e aprofundamento. Apresenta-se sob a forma de um roteiro dividido em sete unidades que ajudam a compreender a vida pública, local e nacional e a avaliar o lugar de Portugal na comunidade internacional. As matérias visam a compreensão básica de temas de cidadania. Apresenta, ainda, instrumentos didácticos usuais no processo de ensino/aprendizagem: sumários, enunciados de objectivos e palavras-chave, desenvolvimento das matérias, boas práticas e testes de avaliação de conhecimentos.

Prieto, F. B. (1994). *La evaluación en la educación secundaria*. Salamanca: Ed. Amarú.

Esta obra ajuda a compreender o papel desempenhado pela avaliação, assim como a sua função e a contribuição do processo avaliativo no desenvolvimento das capacidades de todos os alunos. Mostra também as possíveis relações com o desenvolvimento de projectos curriculares. Nesta obra surgem inúmeros instrumentos de grande qualidade, apresentando exemplos muito concretos para a prática da avaliação. Trata-se de uma obra actual, onde se conciliam a teoria e a prática da avaliação.

1.2. Bibliografia de didáctica da geografia

Merenne-Schoumaker, B. (1999). *Didáctica da Geografia*. Porto: Ed. Asa.

Esta obra procura articular Geografia e Pedagogia, teoria e prática, propondo aos educadores um instrumento de autoformação, baseado em quatro questões: o que devem saber e saber fazer os alunos, o que ensinar e como avaliar as aprendizagens. São abordadas problemáticas, presentes no ensino da geografia, nomeadamente como educar geograficamente os alunos, como organizar actividades educativas de acordo com as necessidades e dificuldades dos alunos, na perspectiva de um ensino que privilegie necessidades o ensinar a aprender.

Souto González; X. M. (1998). *Didáctica de la Geografía*. Barcelona: Ed. Del Serbal, Col. "La estrella polar".

Esta obra mostra como a Geografia favorece a compreensão de outras culturas, evidenciando diferentes relações do homem com o ambiente. Mostra como a Educação Geográfica permite desenvolver a autonomia do aluno, levando-o a levantar e a resolver problemas. O Ensino da Geografia não se deve reduzir ao ensino de conceitos e de teorias explicativas; é importante conhecer os esquemas de conhecimento de cada aluno, tendo em consideração o contexto social onde ele está inserido. Considerando estes dois vectores é possível desenvolver actividades didácticas que sejam úteis na resolução de problemas sociais e ambientais.

1.3. Bibliografia de carácter científico

Allen, T. & Thomas, A. (Ed.). (1992). *Poverty and Development in the 1990's*. Oxford University Press.

Esta obra, uma colectânea de artigos de vários autores, está organizada em três partes distintas. A primeira parte apresenta o Terceiro Mundo como um mundo de problemas e, nos diversos capítulos caracterizam-se diferentes aspectos da pobreza. A segunda parte analisa o contexto histórico do aparecimento e desenvolvimento do conceito de Terceiro Mundo. A terceira parte apresenta a perspectiva de diferentes autores sobre ideias e conceitos que permitem compreender o desenvolvimento nos anos 90.

Boniface, P. (Org.). (1997). *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.

Esta obra apresenta uma análise clara do conjunto de problemas internacionais, complementada por mapas de síntese, às escalas mundial e regional, que permitem visualizar e compreender, numa perspectiva global, os fenómenos e acontecimentos mais importantes do século XX.

Habitat, United Nations Centre for Human Settlements. (2001). *Cities in Globalizing World—Global Report on Human Settlements 2001*. London: Earthscan Publications, Ltd.

Esta obra apresenta uma visão aprofundada das condições das cidades do mundo e as propostas de desenvolvimento com o objectivo de as tornar lugares melhores e mais seguros para se viver, na era da globalização. Analisa, também, os impactos positivos e negativos das tendências globais nos agrupamentos humanos e as mudanças nas tecnologias de informação e de comunicação. Finalmente, contém dados estatísticos actualizados, relativos às cidades.

Johnston, R.J., et al. (1995). *Geographies of Global Change*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.

Esta obra apresenta a perspectiva de diversos geógrafos sobre as dimensões económica, política, social, cultural e ecológica da mudança, a diversas escalas geográficas, do global ao local, numa abordagem crítica das tendências e das trajetórias da mudança nos anos 90. A obra inicia-se com uma introdução sobre a natureza da mudança global e local e está dividida em cinco partes, cada uma delas referente a diversos tipos de mudanças: económicas, políticas, sociais, culturais e ambientais.

Knox, P.L. & Marsten, S. A (1998). *Places and Regions in Global Context: Human Geography*. New Jersey: Prentice Hall, Inc.

Esta obra, constituída por 19 capítulos, apresenta uma abordagem inovadora da Geografia Humana. A par da diversidade de conhecimentos sobre lugares e regiões, valoriza a compreensão da sua interdependência, num mundo global. A característica mais importante desta abordagem é a de utilizar o conceito de escala geográfica, realçando a interdependência entre lugares e processos a diferentes escalas, facilitando a compreensão das relações global/local e as suas consequências.

OCDE (1999). *Données OCDE sur L'environnement. Compendium 1999*. Paris: OECD Publications.

Esta obra, cuja consulta se considera muito importante para a leccionação da disciplina de Geografia, é publicada de dois em dois anos, sendo apresentada, simultaneamente, em francês e inglês. Contém dados sobre poluição e sobre recursos naturais relacionados com os sectores da energia, dos transportes, da indústria e da agricultura. Os dados relativos aos diferentes países membros da OCDE mostram o estado do ar, das águas interiores, dos solos, das florestas, da fauna e da flora selvagens. Apresenta, ainda, dados gerais referentes às principais convenções sobre o ambiente.

UNEP (1999). *Global Environment Outlook 2000*. Earthscan Publications, Ltd.

Esta obra, publicada pela UNEP, tem a colaboração de mais de trinta centros regionais e internacionais. Constitui um guia regional e global do estado do ambiente com grande número de gráficos e quadros. É apresentada em cinco capítulos: o primeiro faz uma descrição das principais tendências das alterações ambientais; o segundo capítulo constitui uma visão do ambiente, região por região, no fim do milénio; o terceiro corresponde a uma visão de políticas ambientais e seus instrumentos; o quarto capítulo resume as questões ambientais cuja análise é prioritária no século XXI; o quinto constitui um conjunto de recomendações para acções futuras.

2. Outra bibliografia

2.1. Bibliografia de carácter pedagógico

Casanova, M. (1995). *Manual de Evaluación Educativa*. Madrid: Ed. La Muralla.

Catalán, A. & Catany, M. (1996). *Education Ambiental en la Enseñanza Secundaria*. Madrid: Miraguano Ediciones.

Coll, C. (1994). La Concepción Construtivista y el Planteamiento Curricular de la Reforma. In Escaño, J. & Serna, M. G. *Cómo se aprende y cómo se enseña*. Barcelona: Ed. Horsori.

Elliott, J. (1991). *L'Education à l'Environnement en Europe: Innovation Marginalization ou Integration dans Environnement*. Paris: OCDE.

Gimeno, J. (1988). *El Curriculum: una Reflexión sobre la Práctica*. Madrid: Ed. Morata.

Novak, J. B. (1988). *Aprendiendo a Aprender*. Barcelona: Ed. Martínez Roca.

Novo, M. (1998). *La Educacion Ambiental, Bases Eticas, Conceptuales y Metodológicas*. Madrid: Ediciones UNESCO.

Perez, M. R. & Lopez, E. D. (1990). *Curriculum y Aprendizaje*. Madrid: Ed. Itaka.

Zabalza, M. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Lisboa: Edições Asa.

2.2. Bibliografia de didáctica da geografia

Alexandre, F. & Diogo, J. (1990). *Didáctica da Geografia. Contributos para uma Educação no Ambiente*. Lisboa: Texto Editora.

Bailey, P. (1981). *Didáctica de la Geografía*. Madrid: Ed. Cincel.

Baud, P. et al. (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Ed. Plátano.

Boira, J. et al. (1994). *Espacio Subjectivo y Geografía*. Valencia: Ed. Nau Llibres.

Broek, J. (1981). *Inicição ao Estudo da Geografia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Cachinho, H. & Reis, J. (1991). Geografia Escolar – (Re) pensar e (Re) agir. *Finisterra*. Vol. XXVI, nº 52, pp. 429/443.

Claval, P. (1989). La Place de la Géographie dans l'Enseignement. *L'Espace Géographique*. Vol. XVIII, nº 2, pp.123/24.

Comissão da Educação Geográfica (1992). *Carta Internacional da Educação Geográfica*. Lisboa: Associação dos Professores de Geografia.

Fabregat, C. (1995). *Geografía y Educacion, Sugerencias Didácticas*. Madrid: Ed. Huerga Fierro.

Graves, N. (1985). *La Enseñanza de la Geografía*. Madrid: Ed. Visor.

Graves, N. (1989). *Nuevo Método para la Enseñanza de la Geografía*. Barcelona: Ed. Teide.

Jiménez, A. M. & Gaite, M. J. M. (1995). *Enseñar Geografía, de la Teoría a la Práctica*. Madrid: Ed. Síntesis.

Lacoste, Y. (1986). *La Enseñanza de la Geografía*. Salamanca: ICE.

Lacoste, Y. (1999). *Géographie, Éducation Civique*. Paris: Éditions de la Cité.

Merenne-Schoumaker, B. (1985). Savoir Penser L'espace. pour un Renouveau Conceptuel et Méthodologique de l'enseignement de la Géographie dans le Secondaire. *L'information Géographique*. nº 49, pp.151/60.

Souto González, X. M. (1990). Proyectos Curriculares y Didáctica de Geografía. *Geocrítica*, nº 85, pp.3/43, Univ. Barcelona.

Souto González, X. M. (1996). *Metodología y Procedimientos en Didáctica de Geografía: la Propuesta del Proyecto GEA*. III Jornadas de Didáctica de la Geografía, pp. 173/184, Un. de Madrid.

2.3. Bibliografia geral de carácter científico

Adda, J. (1996). *A Mundialização da Economia*. (2 vol.). Lisboa: Terramar Editores.

Allen, J. & Hamnett, C. (1996). *A Shrinking World?*. Oxford: The Open University.

Bagnasco, A. & Le Galès, P. (Orgs.).(1997). *Villes En Europe*. Paris. Éditions La Découverte.

Baily, A. & Scariati, R. (1999). *Voyage en Géographie*. Paris: Anthropos.

Banco Mundial (1997). *O Estado Num Mundo em Transformação. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington: Oxford University Press.

Banco Mundial (2000). *Entering the 21st Century. World Development Report 1999/2000*. Washington: Oxford University Press.

Benko, G. (1990). *Le Dynamisme Spatial de l'Économie Contemporaine*. Paris: L'Espace Européen.

Benko, G. & Lipietz, A. (Orgs.) (1994). *As Regiões Ganhadoras*. Oeiras: Celta.

Boyle, P. *et al.* (1998). *Exploring Contemporary Migration*. Londres: Longman.

Brown, L. *et al.* (Orgs.). (2000). *State of the World*. New York: The Worldwatch Institute.

Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.(1992). *Direitos Humanos e Desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.

Claval, P. (1993). *La Géographie au Temps de la Chute des Murs*. Paris: L'Harmattan.

Clarke, D. (1996). *Urban World/Global City*. Londres: Routledge.

Cloke, P. *et al.* (1999). *Introduction to Human Geographies*. Londres: Arnold.

Comissão Sul (1990). *O Desafio ao Sul*. Porto: Edições Afrontamento.

Cordellier, S. (Org.) (1998). *A Globalização para lá dos Mitos*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Cordellier, S. (Org.). (1999). *Le Nouvel État du Monde*. Paris : Éditions La Découverte.

Dicken, P. (1992). *Global Shift*. Londres: Paul Chapman Publisher.

Digby, B. (Org.). (1996). *The Human Environment*. Oxford: Heinemann Publishers.

Dollfus, O. (1998). *A Mundialização*. Mem-Marins: Publicações Europa-América.

- Emmerij, L. (1992). *Norte-Sul – A Granada Descavilhada*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Fossaert, R. (1991). *Le Monde au XXI Siècle*. Paris: Fayard.
- Friedmann, J. (1992). *Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Galbraith, J. K. (1997). *A Sociedade Desejável*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Giraud, P. N. (1998). *A Desigualdade do Mundo, a Economia do Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Terramar.
- Grupo de Lisboa (1994). *Limites à Competição*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Hagnerelle, M. & Prevot, V. (1989). *Le Système Monde en Question*. Paris: Magnard.
- Hjarno, J. (1999). *From Metropolis To Cosmopolis*. Esbjerg: South Jutland University Press.
- Hofstede, G. (1991). *Vivre Dans un Monde Multiculturel*. Paris: Les Éditions d'Organisation, pp. 263/293.
- Kennedy, P. (1988). *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Kennedy, P. (1993). *Desafios para o Século XXI*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Leite, A. N. (Org.). (2000). *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações D. Quixote.
- Massey, D. & Jess, P. (1995). *A Place in the World ?*. Oxford: The University Press.
- Mateus, A. et al. (1995). *Portugal XXI – Cenários de Desenvolvimento*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Méndez, R. (1997). *Geografía Económica – La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Barcelona. Editorial Ariel, S.A.
- Moita, L. (Dir.). (1999). *Janus 2000- Anuário das Relações Exteriores*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma.
- Moita, L. (Dir.). (2000). *Janus 2001 – Anuário das Relações Exteriores*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma.
- Morin, E. (1997). *As Grandes Questões do Nosso Tempo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Morin, E. et al. (1991). *Os Problemas do Fim do Século*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Murteira, M. (1993). *A Economia em 24 lições*. Lisboa: Editorial Presença.
- Murteira, M. (1995). *Economia Mundial – a Emergência de uma Nova Ordem Global*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Murteira, M. (1997). *Economia do Mercado Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- OCDE (1999). *Trends in International Migration*. Paris: OECD.
- Peixoto, J. (1999). *A Mobilidade Internacional dos Quadros*. Oeiras: Celta Editora.
- Richonnier, M. (1992). *As Metamorfoses da Europa de 1769 a 2001*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Rugy, A. (2000). *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*. Oeiras: Celta Editora.
- Sachs, I. (1993). *L'Écodeveloppement*. Paris: Syros.
- Salgueiro, T. M. B. (2000). Fragmentação e exclusão nas metrópoles. *Sociedade e Território*, nº 30, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B.S. (1999). Towards a Multicultural Conception of Human Rights. *Spaces of Culture*. Nottingham: Mike Featherstone & Scott Lash.
- Sarre, P. & Blunden, J. (1995). *An Overcrowded World?*. Oxford: The Open University.
- Seitz, J. L. (1995). *Questões Globais – Uma Introdução*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Stoffaes, C. (1991). *A Crise da Economia Mundial*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- The Worldwatch Institute. (2005). *La situacion del Mundo – Redefiniendola seguridad Mundial*. Edição espanhola. Barcelona: Icaria Editorial.
- Thwaites, A. T. & Alderman, N. (1994). *Europa Ocidental – Desafios e Mudanças*. Oeiras: Celta Editora.
- Todaro, M. P. (1982). *Economics for a Developing World*. Singapura: Longman.
- Veltz, P. (1996). *Mondialisation, Villes et Territoires – L'Économie d'Archipel*. Paris: Press Universitaire.
- Viegas, J. M. L. & Dias, E.C. (Org.). (2000). *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta Editores.
- Waters, M. (1995). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

2.4. Publicações Periódicas

Banco Mundial. *Relatórios do Desenvolvimento Mundial*.

Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral. *A Situação da População Mundial*. United Nations Population Fund.

Ediciones EL PAIS (2005). *Anuário EL PAIS*. Madrid. Publicação anual.

El Estado del Mundo – 2005 – anuário económico y geopolítico mundial. Madrid: Akal.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*.